



Monica Tereza Azeredo Benicio

**“Todos os mundos. Um só mundo. Uma Maré de cidade”:
violência, espaços públicos e intervenção urbana**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura.

Orientadora: Profa. Maria Fernanda Campos Lemos

Rio de Janeiro
Agosto de 2019



Monica Tereza Azeredo Benicio

**“Todos os mundos. Um só mundo. Uma Maré de cidade”:
violência, espaços públicos e intervenção urbana**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Profa. Maria Fernanda Campos Lemos

Orientadora

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

Profa. Rachel Coutinho Marques da Silva

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

Prof. Fernando Espósito Galarce

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

Prof. Rodrigo Rinaldi de Mattos

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRJ

Profa. Rossana Brandão Tavares

Escola de Arquitetura e Urbanismo – UFF

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Monica Tereza Azeredo Benicio

Graduou-se em Arquitetura e Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2014. Participou de seminários e congressos na área da arquitetura e urbanismo

Ficha Catalográfica

Benicio, Monica Tereza Azeredo

“Todos os mundos. Um só mundo. Uma Maré de cidade” : violência, espaços públicos e intervenção urbana / Monica Tereza A. Benicio ; orientadora: Maria Fernanda Campos Lemos. – 2019.

72 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2019.

Inclui bibliografia

1. Arquitetura e Urbanismo – Teses. 2. Violência. 3. Espaços públicos. 4. Direito à cidade. 5. Rio de Janeiro. 6. Favela. I. Lemos, Maria Fernanda Campos. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD: 720

Para Marielle Francisco da Silva, (ADMV),
que, mais do que nunca, é a razão de tudo isso.

Agradecimentos

Aprendi com um professor querido que “agradecer é, sobretudo, lembrar”.

Lembro que, depois de minha primeira aula no mestrado, em março de 2017, eu escrevi o que seriam os agradecimentos desta dissertação. Nos últimos três anos, a vida mostrou-se completamente descompromissada com meus planos, e “atualizar” esses agradecimentos talvez seja agora a parte mais difícil deste trabalho.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), por me acolher desde a graduação, auxiliando com os recursos que tornaram possível chegar ao final desta dissertação. E também por acolher tantos alunos com o compromisso de fornecer ensino superior de qualidade e formação de pensamento crítico.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelos auxílios concedidos, sem os quais não teria sido possível concluir o trabalho aqui apresentado.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço à minha orientadora, Maria Fernanda, que, desde a graduação, foi paciente com minha teimosia e me orientou em muitos sentidos na vida. Lembro que, desde meu primeiro telefonema para saber se o tema seria pertinente ao mestrado, ela acreditou mais do que eu que seria possível. Ori, muito obrigada por me ajudar a chegar até aqui.

Agradeço a todos os professores desse departamento, em especial àqueles que, mais do que mestres, foram companheiros e me acolheram com compreensão e respeito para que fosse possível continuar caminhando, ainda que não mais com os passos ligeiros como de costume. Otávio Leonídio, Raquel Coutinho, Marcos Favero, Fernando Espósito, não teria sido possível sem vocês.

Um agradecimento muito especial a Renata Dias, que, mais do que uma secretária eficiente, foi um anjo da guarda, ajudando-me a não perder os prazos. Obrigada, Renatinha.

Agradecimentos fundamentais e emocionais:

À “Liga das Babás” — Dejany, Rejany, Natália, Maria, Ana Marcela —, que teve tanto carinho comigo, disponibilizando noites de suas vidas para me ajudar a seguir. Jamais poderei agradecer.

Aos amigos e amigas favelados da Maré que sempre me apoiaram, sonharam e inspiraram — Eliana, Gisele, Geandra, Wallace, Priscila, Jaque, Fernanda (dinda ama), Mariluci e tanta gente que deixo aqui representada nesses nomes, porque, afinal, aMARÉécomplexo.

Às amigas de vida Aryanne Lelinho, Thaisinha, Viviane Magrela, Denise (*in memoriam*), amiga querida, que foi vítima da pandemia de coronavírus, Soraia Denise (*in memoriam*), que, em 2013, me fez acreditar que eu poderia ser uma favelada acadêmica, mas nos deixou em 2014 já tendo cumprido sua missão.

Ainda agradecendo aos amores de vida, eu deixo minha mais profunda gratidão ao homem de lata Pedro Miranda, sem o qual hoje não seria possível estar viva (literalmente). A Lia Rocha, por ter tantas vezes ter deixado sua dor de lado para acolher a minha e me ensinar que a dor e o amor poderiam conviver juntos. A Gabi, Dani e Claudinha, que fecham o bonde das sereias — eu sei que estou com ela porque vocês estão comigo. Minha mais profunda gratidão por isso.

É impossível não agradecer àquele que tantas vezes me salvou de muitas formas, David Miranda, “marido” que foi amor à primeira vista. À amiga-irmã Talíria Petrone, parceira em tantas horas de alegria e tristeza. Ao companheiro Marcelo Freixo, que chamo carinhosamente de minha “rainha”, que não soltou minha mão jamais.

Aos companheiros de militância, ao Partido Socialismo e Liberdade (Psol), que, no momento da dor e da dificuldade, deram-me apoio e me acolheram, ajudando-me a seguir.

A minha família em Brasília; a Fernandinha, que amor generoso o nosso, branquela; a Salles, meu careca favorito, amigo leal, guardião — agradeço a vocês a generosidade de terem colocado a Rosa em minha vida. Keka, por ter me acolhido na capital de forma tão paciente, diante de meu mau humor na seca; por ter sido parceira e companheira no sentido mais bonito que a militância pode nos ensinar. Talita Bilu e Brena, pelo carinho, pela acolhida e pelas risadas com sofrência e orgulho sapatão.

A meus amigos do mestrado, Rodolfo, Beth, Matias, Carol, Nina, Aline e Renata, que sempre seguiram me incentivando, que tornaram os dias de aula mais agradáveis, com ou sem vinho.

A Leonardo Melo, Juliana Farias, Ivanilda Figueiredo e Amanda Mendonça — esta dissertação não seria possível sem vocês. Leo, com sua generosidade e paciência com meu desespero e sem prazo, foi leitor atento, crítico e colaborador. Amandinha, que, quando eu não acreditava mais ser possível terminar, foi incansável em seu empenho em me ajudar mais do que eu conseguia fazer por mim mesma. Não há forma de agradecer o suficiente a vocês. Agradeço aqui também a Rita Alcaraz, que abriu mão de seu sono para aturar minhas lamúrias e foi revisora atenta. E a Ju, que foi amiga, confidente, cúmplice nos momentos mais difíceis e nos mais bonitos da minha vida e agora não foi nada menos que essencial. E à querida Ivanilda, carinhosamente chamada de Dida, referência de competência, generosidade e determinação que por tantas vezes me fez acreditar que dariam certo muitas coisas na vida.

Camila Aparecida Marins, minha melhor referência de sapatão; Robinha, pisciana do meu coração; e Marina Iris, meu dengo — vocês me fizeram acreditar de novo na vida e no amor. Se hoje eu volto a olhar o horizonte e acreditar que é possível

seguir, foi porque vocês me fizeram acreditar que ainda seria possível amar a vida. Minha mais sincera gratidão.

A Wagner Benicio, mano, que, porque eu sei que se orgulha de mim, eu consigo me orgulhar também. Obrigada pelos três sobrinhos lindos que você e minha cunhada maravilhosa Didi me deram. O esforço da realização deste trabalho tem como principal motivação a construção de um mundo melhor para nossas crianças. A meu irmão Vaneli, que, inquestionavelmente, foi uma das pessoas responsáveis por eu conseguir chegar ao mestrado. Sempre atento à minha educação na infância e adolescência, eu sei que fez sempre o que acreditou ser o melhor para mim. Pelo seu tempo investido na minha formação, obrigada.

Angela, anja, ou simplesmente mãe... Até aqui, a vida não foi fácil pra gente; eu sei que você fez sempre o melhor possível e eu quero que saiba que foi excepcional. Esse diploma, conquistado com tanta dor e luta, é seu também. Talvez até mais seu do que meu.

Cleuton, meu pai, companheiro querido que sempre, mesmo na ausência, fez-se presente. Eu sei do quanto você abriu mão da sua vida para que pudéssemos ter uma vida melhor que a sua. Sempre proporcionou as melhores condições possíveis para que o estudo fosse prioridade. Obrigada por ter tentado tornar a vida um pouco mais fácil.

A minha esposa, companheira, Amor da Minha Vida (ADMV), Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, que, para mim, sempre foi Chicão, Francisco ou simplesmente Amor, a dedicatória especial em 2017 já era essa, mas agora, mais do que nunca, reforço essa homenagem. Jamais imaginei que, ao chegar aqui, teria que colocar *in memoriam*. Marielle, desde a minha saída do Ensino Médio, sempre incentivou que eu seguisse a carreira acadêmica, como eu sonhava. Sempre me motivou, acreditou, investiu e sonhou junto. Este trabalho não tem razão de ser senão por ela. Marielle foi assassinada dois anos antes desta publicação de trabalho, um crime político para o qual o Estado brasileiro ainda não tem resposta. O que deveria ser apenas um espaço de celebração e agradecimento, aproveitou para usar como manifesto. Seguirei perguntando QUEM MANDOU MATAR MARIELLE? Agradecer é, antes de tudo, lembrar. “Te amo com a memória, imperecível.”

Resumo

Benicio, Monica Tereza Azeredo; Campos Lemos, Maria Fernanda. **“Todos os mundos. Um só mundo. Uma Maré de cidade”**: **violência, espaços públicos e intervenção urbana**. Rio de Janeiro, 2020. 72 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação trata do tema cidades e favelas no processo de urbanização carioca e tem por objeto de pesquisa a relação entre violência, espaço público e intervenção urbana no processo de produção da cidade do Rio de Janeiro. Mais especificamente, busca entender como essa relação dá-se no âmbito das favelas, frequentemente representadas como territórios de ausência de civilidade e de urbanidade. Inserida no campo dos estudos urbanos, notadamente a dissertação oferece uma reflexão crítica sobre projetos de intervenção urbana que se propõem integrar esses espaços populares à cidade. De certa forma, esse suposto esforço de integração parte da premissa de que existe uma separação entre a cidade e a favela. É nesse contexto que uma questão fundamental para a pesquisa apresenta-se: em que medida as intervenções urbanas em favelas, sob o discurso de promover a integração cidade-favela, termina por reiterar a noção de separação? Para explorar essa questão, do ponto de vista metodológico, optou-se por uma pesquisa de base qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Para aprofundar a investigação tendo como referência um caso exemplar, foi escolhido o complexo de favelas da Maré, que, ao longo das últimas décadas, tem passado por múltiplas intervenções urbanas sob o pretexto de prover sua integração à cidade. A conclusão principal do trabalho é a de que o morador e a moradora da favela têm sua relação com o espaço público de toda a cidade interditada ou afetada significativamente por conta da violência.

Palavras-chave

Violência; espaços públicos; direito à cidade; Rio de Janeiro; favela; Maré.

Abstract

Benicio, Monica Tereza Azeredo; Campos Lemos, Maria Fernanda (Avisor). **“All The Worlds. Only One World. Maré, a City in Itself”: Violence, Public Spaces and Urban Intervention.** Rio de Janeiro, 2020. 72 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis looks at the issue of cities and favelas in the context of the urbanization in Rio de Janeiro, focusing on the relationship between violence, public space and urban intervention in the process of the production of the metropolitan area of the city. In particular, it seeks to understand how this relationship takes place in the favelas, often represented as locations lacking civility and urbanity. This study was developed in the field of urban studies, proposing a critical perspective on intervention projects that aim at integrating the city and popular spaces. In a way, such a conception of integration builds on the assumption that there is a separation between the city and the favela. A question crucial to the research emerges precisely in this context: to what extent do urban interventions in the favelas, based on the assumption that favelas should be integrated into the city, end up reaffirming a notion of separation between those spaces? In terms of methodology, this research takes up a qualitative research, including methods of content analysis based on a literature review and document analyses. As a case-study, it seeks to develop an in-depth investigation of the Maré complex of favela, which over the last decades has been undergoing multiple urban interventions under the justification of being integrated into the city of Rio de Janeiro. The main conclusion of the work is that the residents of the favela have their relationship with the public space of the entire city banned or significantly affected due to the violence.

Keywords

Violence; public spaces; right to the city; Rio de Janeiro; favela; Maré.

Sumário

1. Introdução	12
1.1 Métodos e etapas da pesquisa	16
1.2 Estrutura da dissertação	17
2. Cidade de direitos: uma disputa em curso	18
2.1. O direito à cidade	19
2.2. Território, violência e barreiras invisíveis: cidade para quem?	25
3. Favela: percepções e representações	33
4. Maré é Rio: a cidade e seus territórios segregados	45
4.1. A MARÉcomplexo	46
4.2. Violência e espaços públicos em debate	50
4.3 Projetos urbanos na favela da Maré: um legado de violência	55
5. Considerações finais	61
6. Referências bibliográficas	66
Anexos	71
Anexo 1 – Mobilização popular contra a construção dos muros na Mar	71
Anexo 2 – Carta aberta de moradores contra a construção dos muros nas favelas cariocas	72

Lista de figuras

Figura 1 – Muro na Linha Vermelha às margens da Maré	28
Figura 2 – Mapa territorial das favelas que compõem a Maré	41
Figura 3 – Cartas de crianças moradoras da Maré à Polícia do Rio de Janeiro	51
Figura 4 – Cobertura da edificação do projeto social Uerê na Maré	51
Figura 5 – Gráfico de áreas com maior índice de homicídios dolosos registrados em 2017 na capital	52
Figura 6 – Ilustração da divisão territorial entre diferentes facções criminosas atuantes na Maré	54
Figura 7 – Fachada do 22º Batalhão da Polícia Militar vista da via expressa Presidente João Goulart (Linha Vermelha)	56
Figura 8 – Casas da Maré separadas da Linha Vermelha pelo muro	57
Figura 9 – Escolas do Amanhã construída à margem da Linha Vermelha	59

1 Introdução

Favela é cidade? Cidade para quem? Essas questões tanto fomentam e embasam o escopo desta pesquisa quanto fazem parte de um conjunto de elementos que motivaram sua realização. A experiência da pesquisadora na condição de “cria”¹ da favela da Maré, sua vivência nesse território e a formação de sua identidade influenciaram diretamente sua atuação como arquiteta urbanista e pesquisadora. Assim, este trabalho apresenta-se como fruto dessa condição, ou seja, da realização de uma pesquisa socialmente referenciada e do interesse em contribuir para os estudos na área do urbanismo que buscam constituir um modelo de cidade mais justo e acessível a todos e todas. Compreende-se, portanto, que tratar desses questionamentos — se a favela é cidade e cidade para quem — é apontar possíveis caminhos teóricos e analíticos que considerem a importância de enxergar violência e exclusão de forma articulada.

Nesse sentido, este estudo propõe-se refletir e discutir sobre a relação de territórios permeados por situações de violência e vulnerabilidade, seus espaços públicos e a integração desses territórios à cidade. A partir de revisão bibliográfica, realiza-se o debate sob uma tríade conceitual: barreiras invisíveis, violência e espaços públicos. A proposta é que as análises e concepções já produzidas por autores e autoras que debatem urbanismo e desenvolvimento norteiam a investigação e as conclusões neste trabalho, de forma a contribuir para a discussão sobre cidades, direito e acesso a elas. Para tal, a pesquisa utiliza como arcabouço teórico para os debates sobre a concepção de cidade autores como Valladares (2005), Harvey (2011), Lefebvre (1991), Rolnik (2009, 2015, 2016) e Rolnik & Dapena (2014).

A conclusão principal do trabalho é a de que o morador e a moradora da favela têm sua relação com o espaço público de toda a cidade interdita ou afetada significativamente por conta da violência. A esse morador e a essa moradora muitas vezes é negado o trânsito pelo que se considera cidade, configurando-se, assim, mais uma forma de exclusão vivenciada por esse morador e essa moradora. Nesse caso, uma exclusão espacial, necessariamente articulada à violência urbana, visto que a

¹ “Cria” é uma gíria também para referir-se a uma pessoa que nasceu, viveu e tem grande intimidade com o território. Muito comumente utilizada nas favelas cariocas.

presente análise compartilha do posicionamento de Leite et al. (2018) de que a militarização da vida e da cidade atualiza processos históricos pautados pelos marcos do “urbanismo neoliberal — que subsidiaram as propostas e políticas de realização dos megaeventos e do projeto de ‘pacificação’ de favelas” (Leite et al., 2018, p. 12). É nesse contexto que se impõe a dificuldade de pensar e planejar uma cidade integrada, para todos e todas, uma vez que, para muitos, esse direito é negado.

Cumprir destacar também que um dos aspectos importantes e que acentuam o interesse em realizar esta pesquisa é a existência de diferentes formas de percepção sobre a favela. Na visão dos segmentos mais favorecidos política e financeiramente, por exemplo, a favela tem sido tratada como território da ausência da civilidade e da urbanidade, conforme amplamente explorado por Parisse (1969), Leeds & Leeds (1978), Perlman (1981), Zaluar (1985), Valladares (1978) e Santos (2002). É justamente a partir desse acúmulo conceitual proporcionado pelos estudos urbanos que se pode afirmar que a favela é parte constitutiva da cidade, e não um território à parte, ou uma ausência.

Assim, o tema discutido neste trabalho mostra-se atual e relevante quando se anuncia que a cidade do Rio de Janeiro foi eleita como a primeira capital mundial da arquitetura a partir de um projeto conjunto da Unesco e da União Internacional de Arquitetos (UIA). A dissonância aparente deve-se ao fato de que esse título não teve como foco a inclusão da população excluída, especialmente porque existe no Brasil e no Rio de Janeiro, especialmente, um cenário de *deficit* habitacional gigantesco. A cidade do Rio, terceira maior da América Latina, foi apontada como um exemplo bem-sucedido de revitalização do centro histórico urbano e de um espaço público aberto a todos. Contudo, essa mesma cidade é marcada por múltiplas desigualdades e segregações sociais e espaciais, apresentando em seu território exemplos como o da favela da Maré.

Por essa razão, cabe resgatar alguns dados sobre a cidade do Rio de Janeiro. No livro *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico* (Faulhaber & Azevedo, 2015), o arquiteto Lucas Faulhaber apresenta um mapeamento das remoções que aconteceram em várias regiões do Rio de Janeiro no período de 2009 a 2013, associando-as aos megaeventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Segundo o pesquisador, 70 mil pessoas, o que constitui cerca de 20 mil famílias, foram removidas, nesse período, na cidade. O mapeamento também mostra que as famílias obrigadas a deixar as áreas centrais e mais valorizadas da cidade foram parar em condomínios de programas

habitacionais na extrema periferia, transformando esses bairros periféricos em uma nova fronteira da expansão da malha urbana no Rio de Janeiro.

Por isso, quando reafirmamos que favela é cidade, questionamos como uma cidade segregada de inúmeras formas acaba tornando-se referência mundial para o campo da arquitetura, sem que essa arquitetura inclua a produção de cidade para todos. Ou seja, qual modelo de cidade é pensado e quais são os critérios utilizados para tal, apontando que uma das grandes contribuições da arquitetura e do urbanismo é pensar projetos e políticas públicas que de fato tornem todos os seus territórios parte integral da cidade.

Para realizar a análise da relação entre territórios de alta densidade populacional, permeados por violência e exclusão, uma concepção de cidade integrada e o papel de projetos de intervenção urbanística, é importante resgatar alguns elementos, como direitos à moradia, ao lazer, à educação, ao transporte, à mobilidade, que constituem o debate sobre favela e concepção de cidade. Nesse contexto, pontuam-se a consolidação e a multiplicação das favelas no Brasil como solução de moradia para a população mais pobre, após a segunda metade do século XX (Vaz, 1994).

Os anos seguintes ao início de um processo de urbanização das favelas no Rio de Janeiro foram marcados pelo desenvolvimento de um eixo da política habitacional que incorporava questões de trabalho social e regularização fundiária (Compans, 2003). Fazendo um contraponto com tal concepção e uma crítica a programas desenvolvidos nesse período, como o Programa Favela-Bairro, a proposta deste trabalho aponta a urbanização de favelas como uma ação concreta que deveria ser realizada pelo Estado na promoção do direito à cidade, entendendo o urbanismo como ponto de partida para uma relação diferente entre a favela e o poder público.

Nesse contexto, o recorte territorial escolhido para a elaboração deste trabalho, a favela da Maré, apresenta-se como um espaço relevante para a investigação proposta. Composta por 16 comunidades, a Maré foi a única favela do Rio de Janeiro que já teve seu território dominado, simultaneamente, por todas as facções criminosas atuantes na cidade, marcando-o com violência. Ainda que pareça uma obviedade, vale registrar que essa violência produzida pelas facções ao mesmo tempo alimenta e é alimentada pela violência de Estado em suas diferentes dimensões — institucional (Almeida, 2007), estrutural e simbólica (Bourdieu & Passeron, 1975). Além da violência produzida pelas facções, soma-se a isso o fato de que esse enorme complexo de favelas teve, na construção de sua história, sua

população proibida de transitar livremente por seu território e de apropriar-se dos espaços públicos de todas as comunidades, como ocorreu em 2016, ano em que a cidade recebeu os Jogos Olímpicos e diversas operações policiais impediram moradores de circularem (*O Globo*, 2017).

Na favela, muitas vezes a rua é o maior espaço provedor de socialização. Contudo, para o senso comum, a rua, quando relacionada com a favela, está geralmente atrelada à vulnerabilidade social e é comumente entendida como espaço de formação de “bandido/vagabundo”,² representando, para a sociedade em geral, risco permanente e fortalecimento do potencial criminoso presente nos moradores e moradoras. No entanto, o espaço da rua significa muito mais que uma via pública para a circulação urbana; constitui-se, por exemplo, no único espaço de lazer nas favelas e em outras áreas informais da cidade.

O conceito de Espaço Público “tradicional” remete-nos para uma definição bem vincada dos espaços, em que a praça assumia um papel preponderante e a rua era reduzida a um local de passagem. O conceito de Espaço Público “contemporâneo” evidencia a preocupação na criação de um elemento aglutinador das diversas estruturas urbanas dispersas. (Simões, 2015).

Trata-se, portanto, de identificar e criar mecanismos, mesmo com as barreiras políticas e sociais que possam existir, que sejam capazes de pensar o processo de urbanização em favelas como estratégia central para que o poder público, em sua autoridade legal sobre o território urbano, possa avançar na garantia de direitos sociais importantes aos moradores e moradoras desses lugares. Essa possibilidade está absolutamente ligada a um modelo de projeto que considere um processo participativo, horizontal e integrativo de intervenções qualitativas que respondam às demandas daqueles que vivem os espaços da cidade e, posteriormente, com ocupação efetiva e sistemática desses espaços pelo Estado, pela comunidade e por toda a sociedade civil.

É nesse sentido que apresentamos a pergunta de pesquisa que nos move: em que medida as intervenções urbanas em favelas, sob o discurso de promover a integração cidade-favela, termina por reiterar a noção de separação?

Constitui-se, portanto, no objetivo geral da pesquisa:

² Forma criminalizadora e estereotipada no tratamento das pessoas que residem em favelas, principalmente as negras. Os termos são usados induzindo que as pessoas das favelas são mais propícias às práticas de crimes e/ou não trabalham.

- Investigar os efeitos da relação entre violência, espaço público e intervenção urbana para a noção de direito à cidade no contexto de territórios permeados por situações de exclusão e vulnerabilidade social.

E, como objetivos específicos, responder às seguintes questões:

- No contexto atual, quais são os principais entendimentos sobre o que é favela?
- Em que medida as intervenções urbanas contribuem para integrar as favelas às cidades?
- Em que medida a violência urbana afeta as políticas urbanas em espaços periféricos da cidade?

1.1 Métodos e etapas da pesquisa

Esta pesquisa é do tipo exploratória, com abordagem qualitativa, por meio de ampla revisão de literatura e levantamento de dados em fontes secundárias. Foram analisados dados documentais, iconográficos e cartográficos. Os dados e as informações referem-se a diferentes intervenções urbanísticas realizadas em favelas ou próximo a elas e relacionadas diretamente com a desigualdade social, a violência e a integração das populações aos espaços públicos.

Optou-se por um recorte territorial de referência, um estudo envolvendo o complexo de favelas da Maré. Mais especificamente, foi realizado um recorte temático dentro do universo de intervenções arquitetônicas e urbanísticas que se relacionam com e impactam esse território, promovendo exclusão. Para tal, foram selecionados projetos que utilizam o tema da violência e exclusão. Ao longo da dissertação, aponta-se a relação direta entre o uso dos espaços públicos em áreas demarcadas e muitas vezes estigmatizadas e um processo histórico de violência, como é o caso da Maré. Soma-se a isso a percepção de território fechado que os “moradores do asfalto” têm em relação à favela.

Assim, busca-se construir um cenário de investigação que permita compreender de que formas uma favela pode ser efetivamente integrada à cidade. A pesquisa bibliográfica pertinente ao tema, assim como a análise de documentos oficiais, auxiliou em evidenciar qual o papel do Estado e das políticas públicas na construção de cidades integradas como um direito de seus cidadãos.

1.2 Estrutura da dissertação

Para destrinchar a questão da pesquisa, a dissertação foi estruturada em três capítulos principais, além da introdução, das considerações finais, das referências bibliográficas e dos anexos. O segundo capítulo, “Cidade de direitos: uma disputa em curso”, explora a noção de cidade de direitos a partir de autores e autoras do campo, evidenciando uma disputa em curso no que tange à produção da cidade. O terceiro capítulo, “Favela: percepções e representações”, explora a discussão sobre as percepções e representações acerca dos espaços periféricos. O quarto capítulo, “Maré é Rio: a cidade e seus territórios segregados”, explora a relação da cidade do Rio com os espaços periféricos, destacando o bairro da Maré, um conjunto de favelas cuja dinâmica espacial contribui para o entendimento dos objetivos propostos nesta pesquisa. Do ponto de vista analítico, esse capítulo cruza as informações teóricas levantadas anteriormente, aplicando-as na análise crítica de alguns projetos urbanos desenvolvidos na Maré. Seguem-se a esse capítulo as considerações finais, as referências bibliográficas utilizadas para a realização da pesquisa e os anexos.

2 Cidade de direitos: uma disputa em curso

Não seremos humanos sem segurança ou sem liberdade; mas não poderemos ter duas ao mesmo tempo e as duas na quantidade que quisermos. Isso não é razão para que deixemos de tentar (não deixaríamos nem se fosse uma boa razão). (Bauman, 2008).

Se é possível afirmar que favela é cidade, outra pergunta impõe-se: e a cidade, é para quem? Esse questionamento alicerça as reflexões propostas para este capítulo. A partir da perspectiva de que, nos últimos anos, foram muitas as ações segregacionistas cometidas pelo Estado em relação às favelas e da compreensão de que estas afirmam-se como áreas integrantes da cidade, buscamos analisar de que forma a violência nesses territórios vem sendo segregadora e impositiva pelas políticas do Estado, contribuindo para a exclusão desses espaços no tecido urbano, deixando as favelas às margens do *pensar a cidade*.

Além desse quadro de exclusão das favelas em relação à cidade, também se destaca neste texto o entendimento de que o desejo coletivo de socializar, que se apresenta em cada rua, beco, viela ou praça da favela, constitui a expressão de uma cidade que se constrói de maneira espontânea e independente. Nessa perspectiva, considera-se que é fundamental a identificação das barreiras invisíveis que se configuram nesses territórios e afetam diretamente a relação de seus moradores e moradoras com esses espaços.

Conforme o escopo geral desta dissertação, o estudo de tais elementos tem como recorte territorial a favela da Maré. Assim, também propomos para este capítulo pensar alguns projetos e como lidam com os espaços públicos e a conexão cidade formal-favela. A partir do estudo de tais projetos, busca-se compreender como essas questões dão-se dentro do caso da Maré, contribuindo, assim, para a uma análise que identifique falhas e oportunidades de construção de uma cidade mais integrada.

Por fim, acrescentamos ao cenário tratado neste capítulo a importância de analisar as barreiras que vão além da segregação física do território das favelas. Para isso, apontamos a necessidade de um aprofundamento conceitual e prático do funcionamento e da articulação das múltiplas construções e formas de barreiras invisíveis. Assim, procuramos assinalar alguns dos mecanismos segregacionistas

que compõem a cidade do Rio de Janeiro, discutindo sua apropriação territorial e o direito à cidade.

2.1 O direito à cidade

Vimos refletindo sobre uma lógica estabelecida de cidade, perpassada pela violência, pela exclusão e pelo estabelecimento de diversas formas de barreira, conforme explicitado neste texto. Nesse contexto, vale trazer o questionamento sobre o que é favela, já que, ao longo desta dissertação, abordamos essa expressão e a utilizamos em referência a territórios excluídos das mais diferentes formas do tecido urbano, mas sem defini-la ou pensá-la de forma mais delimitada. Nos livros *O que é a favela, afinal?* (Silva et al., 2009)³ e *Favela: alegria e dor na cidade* (Silva & Barbosa, 2005), encontramos inúmeras respostas para tal problematização. A compreensão tendo como base tais referências implica as diferenças próprias, simbólicas, identitárias e com distintas complexidades da urbanização da sociedade brasileira em uma ampliação do termo território.

Em ambos os livros, identifica-se como caminho para a definição de favela a ideia de espaços que unificam, com a diversidade das alegrias e dores existentes, a potência das pessoas e apontam para a premência de superar-se a identidade da favela como o espaço da ausência e construir o território com as marcas das potências existentes nas pessoas que constituem a favela como tal. Pensar essa relação de identidade e potência humana de maneira articulada constitui, para nós, um elemento central na compreensão da importância desse território para a cidade e a formação do sujeito como ponto central de superação dessa ordem estabelecida.

Segundo Milton Santos (2002), o território é um conceito que perpassa a consideração social. O território como conceito só é possível pelos atores que dele fazem parte, pelas experiências desse “conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política” (Santos, 2002, p. 87).

Aponta-se, assim, para a relevância da superação de todos os obstáculos, simbólicos e materiais, que são erguidos na cidade com o intuito de isolar

³ O seminário “O que é a favela, afinal?” foi organizado pelo Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, entre 19 e 20 de agosto de 2009, e a publicação que foi produto do evento está disponível no seguinte *link*: <<http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-%C3%A9-favela-afinal.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

determinados grupos de pessoas e limitar o potencial criativo delas, assim como a pujança transformadora que de tal potência ergue-se. As desigualdades, que aparecem em variados formatos, nas classes, nos territórios e nas marcas do Estado, em suas muitas identificações, estão entre os elementos a serem superados em vista da construção de outra lógica de cidade. Apresentam-se, assim, as ações de organização, de mobilidade plena e conquista de políticas públicas como centrais para acumular em tal processo. Imediatamente, vale afirmar que superar as desigualdades territoriais é uma ação estratégica nesse processo.

As desigualdades existentes nos territórios da cidade expandem o domínio do patrimonialismo⁴ em todos os seus aspectos. Ou seja, são elementos centrais, que ampliam o peso da exploração, do racismo e do machismo, que atingem duramente as pessoas que vivem nas favelas. Enfrentar o Estado, nesse aspecto, exige conquistar investimentos de saúde, com tratamento de ambientes, rede de esgoto, água potável, iluminação, investimentos urbanos variáveis. Para além disso, fazer com que o território seja espaço para os mais diversificados acessos: arte, lazer, educação, tratamento de doenças, direitos dos mais variados. O que não ocorre hoje, pois as desigualdades brutais de investimentos fazem com que a exploração, em todos os seus aspectos (dos baixos salários ao desemprego), ganhe potência máxima, pois, até para circular em toda a cidade, vivem-se obstáculos que se firmam, muitas vezes, como intransponíveis.

Em contraposição, não são obstáculos intransponíveis que formam as pessoas para esse entendimento, reafirmando-o sem cessar. Para manter a ordem, criar ambientes com a naturalização da exploração e do controle, é fundamental que as pessoas creiam que assim sempre foi, que nunca diferente será e que, portanto, não virá do coletivo a pujança de superação das organizações sociais impostas. Nesse processo, compreender o momento no qual a intolerância e os mais variados preconceitos ganham terrenos cada vez mais férteis e buscar enfrentar tais aspectos com assertividade, deslocando o processo para a organização e a conquista de políticas públicas, torna-se, a nosso ver, elemento-chave para a mudança.

Soma-se a esse processo a necessidade de construção de insumos que possam tanto contribuir para a elevação da potência das favelas (a potência das pessoas que lá existe na formação de sujeitos resistentes às ausências de políticas públicas ou à

⁴ Termo utilizado para descrever a falta de distinção, por parte dos líderes políticos, entre o patrimônio público e o privado em determinado governo de determinada sociedade.

precarização dessas) quanto acumular forças na conquista de políticas públicas, o que torna visível e amplia as contradições no Estado, hegemônico pelo poder privado e que funciona como principal operador da política do lucro para o mercado.

Eis então mais uma das barreiras a serem superadas: a desigualdade de classe, que leva à individualização crescente e interdita os direitos mais fundamentais para a vida humana. A superação de tal barreira é uma ação estratégica e fundamental, ganhando aspectos próprios no momento atual da conjuntura, em escalas internacional e nacional. Mais uma vez, reafirmamos como determinante nesse cenário a superação de todas as formas de intolerância, das variadas aparências de ações fascistas, do autoritarismo e da violência letal.

Vale ressaltar que a violência letal, no Brasil, atinge o coração humano e a vida dos corpos dos favelados e faveladas, principalmente negros, negras e jovens. São jovens do sexo masculino, pobres, negros, os que mais morrem com a violência letal no país.⁵ Aliado a esses dados está o discurso da “guerra às drogas”, que vai pavimentando ambientes que justificam ações do Estado e formações de grupos armados, articulados com a política hegemônica deste, para o assassinato em massa da vida em todas as suas dimensões. Tal obstáculo não pode ser visto como algo corriqueiro e muito menos natural. Portanto, desnaturalizar todas as ações, relações, visões e práticas é um movimento imprescindível. E, nesse processo, apostar que a demarcação seja objetivamente evidenciada em seus vários aspectos políticos.

O território, nesse sentido, é construído como espaço central, pois ocupa lugar fundamental das consequências das políticas da ordem do poder e, ao mesmo tempo, coloca-se como espaço com centralidade para disputar uma cidade de direitos. A disputa da cidade de direitos é, portanto, elemento com grande ênfase para que se superem todas as barreiras impostas pelo modelo da exploração — seja no território que marca a favela, seja em toda a cidade, tendo nos favelados sujeitos determinantes nesse processo.

Em se tratando do Brasil, é mister afirmar que o enfrentamento e a superação do patrimonialismo, do racismo e do machismo institucionais, que ganham peso na ação do Estado e nas práticas do mercado, precisam ser radicalmente implementados. Não se podem nem enxergar e muito menos enfrentar tais aspectos

⁵ SEIS estatísticas que mostram o abismo racial no Brasil. *Carta Capital*, 20 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

da formação social brasileira (patrimonialismo, racismo e machismo) como elementos individuais, ações de indivíduos, enfrentamentos particulares ou situacionais. Tais identidades, por sua vez, que se multiplicaram como cultura na vida das pessoas, em suas estéticas, concepções e ações, são impostas pelo mesmo modelo que prende e mata pobres, jovens e negros e negras.

Destaca-se, então, que a formação de tais sujeitos, as pessoas construindo-se como sujeitos em processo de organização e conquistas, é um dos motivos para aprofundar as contradições e criar ambientes que favoreçam tais percursos, a fim de superar a ordem estabelecida. Nesse processo, deve-se disputar mais que a narrativa sobre as favelas e sobre os favelados e faveladas; precisa-se ir além. Demanda-se, assim, uma ação organizada, para que sejam construídas, pelas próprias pessoas nas favelas, a formação do sujeito e a conquista desse lugar, superando o espaço de objetos de análise.

Marca-se, nesse sentido, o desafio fundamental de superação de todo esse ambiente organizado pela centralização dos aparelhos de Estado, que fazem vigorar a ordem dos objetos para impedir a emergência criativa de sujeitos das transformações. Para inspirar o enfrentamento dos desafios e elevar-se com debates teóricos, históricos, políticos e filosóficos que demandam ser aprofundados para avançar nessas reflexões de ações apresentadas, fecha-se apresentando exordiais provocações:

A história universal da contingência atinge aí uma variedade maior. Em cada caso, a questão é: onde e como se faz tal encontro? Em vez de seguir, como no Anti-Édipo, a sequência tradicional Selvagens-Bárbaros-Civilizados, encontramos agora diante de todas as espécies de formações coexistentes: os grupos primitivos, que operam por séries e por avaliação do “último” termo, em um estranho marginalismo; as comunidades despóticas, que constituem, ao contrário, conjuntos submetidos a processos de centralização (aparelhos de Estado); as máquinas de guerra nômades, que não irão apossar-se dos Estados sem que estes se apropriem da máquina de guerra, que eles não admitiam de início; os processos de subjetivação que se exercem nos aparelhos estatais e guerreiros; a convergência desses processos, no capitalismo e através dos Estados correspondentes; as modalidades de uma ação revolucionária; os fatores comparados, em cada caso, do território, da terra e da desterritorialização. (Guattari & Deleuze, 1996, p.8).

Nesse sentido, a jornada por uma cidade de direitos, com conquistas de políticas públicas e articulando as favelas, as pessoas que nelas vivem, como sujeitos centrais do processo de transformação, é uma estratégia fundamental, de acordo com a perspectiva que exploramos nesta pesquisa. Também identificamos como ponto-chave para o modelo de cidade em que acreditamos a desconstrução

das marcas autoritárias presentes na formação social brasileira, contribuindo para a construção de uma república sustentada nos direitos, na vida, na convivência e na mais ampla mobilidade plena. Essas são ações fundamentais para o direito à cidade.

Henri Lefebvre, em *O direito à cidade* (1991), analisa a problemática urbana a partir de reflexões sobre a vida cotidiana, criticando os fundamentos das relações sociais nesse ambiente, que de forma alguma seriam neutros ou desligados das relações produtivas gerais, o que nos ajuda a pensar, ainda nos dias de hoje, como esse processo constituiu-se e em especial no território analisado por esta dissertação, a favela da Maré.

Para desenvolver tais reflexões, Lefebvre (1996) trata de um tema bastante relevante, que é a urbanização como resultado da industrialização e da propagação do capitalismo. O autor identifica como a dinamização do comércio e da industrialização aumentou a divisão do trabalho, bem como o crescimento de mais-valia e *locus* de capital nas cidades. A partir daí, ele traça o perfil da sociedade capitalista e, com ele, um novo pensamento da concepção do urbano. Isso se daria em razão do crescimento das cidades, que não seria capaz de expandir a produção industrial, conquistar novos mercados e apropriar-se do espaço sem essa nova concepção de urbanização, já que as cidades, no sistema capitalista, adquiriram dimensões importantes, configurando-se como *locus* em que circula muito capital.

Desde que surgiram os problemas de conjunto, sob o nome de urbanismo, subordinamo-los à organização geral da indústria. Atacada simultaneamente por cima e por baixo, a cidade alinha-se a partir da iniciativa industrial e figura na planificação como motor, tornando-se um dispositivo material próprio para organizar a produção, para controlar a vida quotidiana dos produtores e o consumo dos produtos. (Lefebvre, 1996, p. 84).

Dessa forma, a cidade assume, cada vez mais, seu papel nessa nova concepção de urbanização. Nessa concepção, construída com o capitalismo e que se torna hegemônica, a cidade reproduz a segregação, já que há a valorização por conta da apropriação de forma desigual. Como exemplo, podemos citar o fato de a população pobre não ter, nesse modelo de cidade, opção quando se refere à habitação para morar com dignidade, o que em geral contribui para que seja segregada aos arredores da cidade. Assim, para Lefebvre (1996), o tecido urbano foi transformando-se em um espaço no qual as diferenças de classes são bastante visíveis, pois muitos não têm o direito de morar com dignidade.

Conforme discorreremos ao longo deste texto, a cidade não é o resultado apenas da matéria, mas, sim, das relações dos seres humanos, tornando-se um espaço dinâmico no qual há grande integração material e vida humana. Dessa forma, a cidade passa a existir e a corresponder às necessidades das pessoas que convivem nela, e, assim, seu espaço materializa-se e recebe vida por meio das relações humanas que se estabelecem. Essa concepção também encontra respaldo na obra de Lefebvre (1996), que aponta a cidade como um espaço das várias ações que acontecem pelos habitantes existentes. Ela cria seus signos, a linguagem própria de acordo com seus habitantes, agrega valores, o que cada vez mais atrai capitais e a formação de redes urbanas, em que tudo que se cria é vendido.

O resgate da obra de Henri Lefebvre auxilia-nos no desenho do quadro e na configuração atual das cidades. Com ele, conseguimos compreender que, quando as cidades urbanas começaram a desenvolver-se e a população cresceu em números quantitativos, atraída pelo crescimento industrial, surgiram inúmeros problemas sociais, e o tecido urbano ficou cada vez mais desordenado, trazendo segregação para os espaços. Soma-se a esse processo o esvaziamento dos poderes das comunidades, “distraídas” pelo Estado com propagandas, promessas e um convencimento da ideologia capitalista. O resultado inclui a perda dos espaços de convívio e de outras formas de fazer cidade, que não a de consubstanciar e reforçar as práticas despojadoras do poder.

Para o Poder, desde há um século, qual é a essência da cidade? ela fervilha de atividades suspeitas, de delinquências: é um centro de agitação. O poder de Estado e os grandes interesses econômicos só podem conceber uma estratégia: desvalorizar, degradar, destruir a sociedade urbana. (Lefebvre, 1996, p. 87).

Tal processo vem desenhando-se desde longe e aparece-nos hoje como dado adquirido, inquestionável e dogmático, e — pior — como se não fosse analisável e passível de desconstrução. Em contraposição, assim como nos estudos de Lefebvre, evocamos neste trabalho a percepção de que a sociedade urbana não é (ou nem é, de todo) a mera proteção da memória dos monumentos, ou a organização saudável dos “bairros residenciais”, ou a racionalidade dos comportamentos, como muitas linhas teóricas sugerem, mas, sim, a prática de valores que contrariam, em todos os domínios da vida social, o valor hegemônico: o de troca. Apontamos a apropriação da cidade pelos cidadãos como o caminho necessário para o enfrentamento à sua

privatização pelas empresas e instituições, para a superação da segregação e das barreiras que se colocam aos moradores da favela, entre elas a violência e a relação com os espaços públicos.

2.2 Território, violência e barreiras invisíveis: cidade para quem?

Partindo-se do pressuposto de que existem múltiplas barreiras ao desenvolvimento da potência humana e à liberdade, pode-se entender que algumas são mais óbvias, mais visíveis aos olhos e com mais concretude aos sentidos. Outras, no entanto, contando com a imposição de controles e interdições incomparáveis, forjam-se em aparências disfarçadas pelo poder da ideologia dominante. Há momentos, contudo, que essas duas questões fundem-se.

A realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro representa um desses momentos, constituindo o desenlace de trajetória ao longo da qual uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano impôs-se entre nós. Segundo Vainer (2011), ela expressa também a consolidação de uma nova coalizão de poder local, que, embora submetida a dissidências, inaugurou-se e conformou-se ainda sob a égide do prefeito Cesar Maia, na década de 1990.

Para o autor, não parece haver dúvidas de que experimentaríamos o resultado de um processo lento, complexo, porém continuado, de constituição de um bloco hegemônico que tinha a oferecer à “cidade em crise”, desde os anos 1970 e, sobretudo, 1980, um novo projeto, leia-se, um novo destino. Para isso, Vainer (2011) considera central identificar a natureza e a origem dos modelos de cidade e de planejamento urbano hoje hegemônicos, sendo o primeiro passo entender que a ofensiva do pensamento neoliberal⁶ teve profunda influência sobre as políticas urbanas. No lugar do planejamento moderno, compreensivo, fortemente marcado por uma ação diretiva do Estado, expressa, entre outros elementos, nos zoneamentos e nos planos diretores, um planejamento competitivo, que se pretende flexível, amigável ao mercado e orientado pelo e para o mercado.

Muito já se escreveu e produziu sobre esse modelo, cuja modalidade dominante entre nós é a do chamado planejamento estratégico. Assim, Vainer

⁶ Doutrina, desenvolvida a partir da década de 1970, que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim em grau mínimo.

(2011) não busca reproduzir os achados dessa produção, mas explorar as concepções e práticas de poder que estão na base desse modelo de planejamento. Para o autor, a maneira pela qual o planejamento estratégico formula e praticamente resolve a questão do poder constitui, de fato, elemento essencial do modelo. Em outras palavras, a reflexão pretendida por ele está no olhar sobre as relações entre planejamento estratégico, “megaeventos” e poder na cidade. Essa perspectiva escora-se na ideia de que a atitude estratégica adotada pelos setores hoje dominantes supõe, sugere, depende, antes de mais nada, de uma estratégia de poder.

Ainda acerca desse debate, vale resgatar o trabalho de François Ascher (2001), que, ao tentar caracterizar o urbanismo que se impôs ao final do século XX, cunhou a expressão “urbanismo *ad hoc*”. Vale a pena lembrar os termos em que esse autor buscou resumir os cânones do urbanismo moderno, que estariam sendo substituídos pelos do urbanismo pós-moderno.

O urbanismo moderno construiu-se sobre concepções substanciais do interesse geral ou do interesse comum. Entenda-se com isto que as decisões públicas, os planos com as suas obrigações e as suas interdições, as realizações públicas, as exceções ao direito de uso livre da sua propriedade (servidões), as expropriações, os impostos, eram legitimados por interesses coletivos admitidos como superiores aos interesses individuais. (Ascher, 2001, p. 83).

Em contraposição às certezas que amparavam as concepções e proposições dos urbanistas modernos, Ascher (2001), na esteira de muitos outros, vai propor que a pós-modernidade, caracterizada pela incerteza e pela multiplicação/fragmentação de atores sociais e interesses, teria vindo corroer as bases do antes inquestionável “interesse comum”. A razão teria cedido lugar à negociação, e a norma geral se apagaria em benefício dos acordos caso a caso: “O neourbanismo privilegia a negociação e o compromisso em detrimento da aplicação da regra majoritária, o contrato em detrimento da lei, a solução *ad hoc* em detrimento da norma” (Ascher, 2001, p. 84).

Ou seja, o acompanhamento do “desenvolvimento urbano espontâneo”, isto é, do mercado, exigia flexibilidade. Nesse sentido, o “urbanismo *ad hoc*” vai afirmar a primazia do mercado e operar a reconfiguração do modelo, definindo o negócio e a oportunidade de negócio como fundamentos essenciais da nova cidade e do novo planejamento. Sob essa perspectiva, Vainer (2009) vai argumentar que, submetida ao movimento espontâneo do mercado, a cidade passaria a funcionar como uma verdadeira empresa, e como tal seria gerida. Assim, para o autor, o controle político

ou burocrático constituiriam terríveis vícios a corroer a capacidade da cidade de “aproveitar as oportunidades de negócios” e, por conseguinte, de mostrar-se eficiente economicamente, eficaz socialmente e, acima de tudo, competitiva (Vainer, 2009).

Instaura-se, então, a noção de “cidade-empresa”, que constitui uma negação radical da cidade como espaço político, e a “cidade de exceção”, firmando-se, assim, uma nova forma de regime urbano. Um exemplo que ilustra a discussão sobre esse novo regime urbano e sua relação com o neoliberalismo, as concepções de planejamento, os eventos e a cidade foram as barreiras criadas na Maré, que preparavam a cidade aos chamados “megaeventos”, referindo-se à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas Rio 2016, em que se buscava esconder a favela do conjunto da cidade, para quem nela vive ou para os que a ela chegam, com a narrativa ideológica de que a barreira era para proteção das pessoas que ali moram, como foi amplamente divulgado pela mídia.

Podemos verificar como tal discurso e narrativa são delineados em reportagens em que o então prefeito Eduardo Paes declara: “Exclusão é quando você deixa uma criança de uma comunidade pobre em torno de uma via expressa dessa correndo risco de pular e morrer atropelado. É um absurdo.”⁷ Mas, ao isolar a comunidade mareense com um muro, pode-se apreender que as maiores vítimas reais do risco violento seriam justamente as ditas “protegidas” pela barreira, porque, além da violência simbólica da separação, ficam enclausuradas, como podemos observar na Figura 1.

⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/07/muro-que-separa-linha-vermelha-de-favela-ganha-paineis-da-olimpiada.html>>. Acesso em: 24 fev. 2020.



Figura 1 – Muro na Linha Vermelha às margens da Maré.
Fonte: Reprodução/Google Street View/G1.8.

Favela é cidade. Trata-se de um dos vários territórios existentes, como periferia, em todo o mundo, mas encontra ênfase de representação e pertencimento na complexa cidade carioca. E, para falar de território, lança-se mão de uma formulação direta e inequívoca de Milton Santos:

A geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (Santos, 2002, p. 13).

Ao analisar as faces e representações desse espaço centenário, a favela, Valladares (2005) recupera historicamente os debates sobre ela em diferentes campos do conhecimento, trazendo os mocambos do Recife, perpassando pelo processo de industrialização do país, pela Abolição da Escravidão até a Proclamação da República. Fenômenos históricos que, segundo a autora, não podemos deixar de referenciar, em se tratando de uma compreensão da sociedade brasileira e de sua desigual forma de acesso e apropriação da terra urbana. Nessa perspectiva, a favela,

⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/07/muro-separa-linha-vermelha-de-favela-ganha-paineis-da-olimpiada.html>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

como um problema urbano instituído historicamente, continua sendo uma das mais emblemáticas e abrangentes questões da cidade brasileira (Valladares, 2005).

Como forma de apropriação de terrenos alheios, a velha conhecida favela, no Rio de Janeiro, ou invasão, em Salvador, constitui-se em solução de moradia para centenas de famílias empobrecidas que foram privadas do acesso às terras urbanas. Assim, para Valladares (2005), a favela pode ser considerada o lugar da clandestinidade urbana, dos invasores e invasoras, dos favelados e faveladas. Um espaço de controle e, ao mesmo tempo, um espaço de indiferenciação fora do espaço jurídico-político.

Mas, para além de um fragmento excluído e, ao mesmo tempo, integrado na cidade partida ou cidade ilegal, a favela brasileira, para Valladares (2005), é lugar de práticas culturais, identitárias e de representações e existências sociais. Vale a pena frisar a óbvia afirmação de que a favela brasileira é produto de uma perversa desigualdade social, acentuada nas metrópoles brasileiras, em que a riqueza e a pobreza compartilham de uma paradoxal ambivalência de aproximação territorial e distanciamento social. Contudo, há de se destacar a contribuição de Valladares para a concepção de favela em *A invenção da favela* (2005), ao afirmar que a “favela evidente” é uma favela “inventada”.

[...] “território da violência, como lugar de todas as ilegalidades, como bolsão da pobreza e da exclusão social”, fazendo circular as imagens da fratura social e de uma “cidade partida”. É sob esse crivo que os temas correntes nesses anos da violência urbana e da segregação socioespacial parecem convergir em uma associação quase exclusiva entre favela e pobreza, fazendo dessa associação a própria especificidade e definição da favela, e também uma suposta especificidade carioca. (Valladares, 2005, p. 20).

Assim, ela discute os “dogmas” compartilhados por pesquisadores, que destacam na favela a irregularidade da ocupação do espaço urbano e ilegalidades várias, pobreza e privações múltiplas, violência e tráfico de drogas, trazendo para a discussão as manifestações culturais, que lhe dariam a marca de identidade, pensando a favela como território urbano dos pobres, “cidade dentro da cidade”. Valladares (2005) trata, portanto, da favela como território da partição, símbolo da segregação socioespacial, mas sob uma abordagem plural e multifacetada, fazendo-nos analisar a realidade múltipla das favelas, mas também a pobreza urbana e a da própria cidade.

A cidade do Rio, desde sua formação como tal, ocupou centralidade no país, marcando-se nas disputas política, ideológica, cultural e social em toda a formação

do capitalismo no Brasil. Tais elementos saltam aos olhos não apenas no acompanhamento da formação social do país, da cidade e da formação das favelas cariocas, mas pelas disputas políticas colocadas, pelas formações territoriais e pela construção do sujeito da transformação nesse esquadro de concepções, exercício de poder e tempo histórico. A proposta é, portanto, compreender a formação das favelas, na cidade do Rio de Janeiro, com o peso do pertencimento, pelas múltiplas criações que geram ambientes de potência humana e para a centralidade que ocupam na disputa da cidade, pensando a partir da ótica de que qualquer barreira para tais compreensões precisa ser devidamente superada.

Nesse sentido, Lefebvre, em *O direito à cidade* (1991), ajuda-nos a refletir sobre tal processo. Nas palavras do autor:

Para apresentar e expor a “problemática urbana”, impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização, presente no capital. Porém, sem a possibilidade de contestação, uma vez que esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade. Se distinguimos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à “cultura”. (Lefebvre, 1991, p. 11).

O elemento que chama atenção em tal afirmativa é o processo de desenvolvimento do capitalismo e da cidade para a industrialização. Tal cidade não pode ser, portanto, o ambiente dos telhados verdes, da luz solar, das organizações comunitárias, dos poderes territoriais formados por quem nela vive. Tal cidade, no capitalismo e com seu desenvolvimento industrial, precisa ser a que o lucro e as relações de poder impõem a cada momento, na qual o Estado, e toda a superestrutura, edifica-se, seja pelo elemento de manutenção, de afirmação ou de controle para garantia do poder do lucro. O quadro que se desenha na atualidade, portanto, é o de que se exige, aos detentores do poder, a construção de barreiras cada vez mais fortes, com aparência de insuperáveis e permanentes, para limitação da ação dos corpos e da mobilidade plena na cidade.

A cidade está sendo pensada dessa forma, e são essas as bases que, em nossa perspectiva, precisam ser superadas. Ou seja, na construção de uma cidade de direitos, as pessoas que moram nas chamadas periferias, com destaque para as favelas, são sujeitos centrais para um processo de transformação profundo, qualificado e radical. Para isso, os conflitos da cidade devem tornar-se ações potentes de transformação,

com organização e conhecimento, construindo ambientes de mudança e tendo como consequência direta a derrubada de barreiras. Para que tal processo ocorra, por sua vez, é necessário que o pertencimento, a identidade, as relações sociais coloquem-se em um patamar visivelmente crítico, de concepção e prática.

O processo de individualização, que afeta da mesma forma as “condições” e as narrativas de vida, precisa de duas pernas para avançar: os poderes que estabelecem o alcance das opções e separam as escolhas realistas dos castelos de areia devem ser estabelecidos no universo das “condições”, enquanto as histórias de vida devem se restringir a ir e vir entre as opções disponíveis. (Bauman, 2001, p. 15).

Nesse sentido, como ação coletiva de transformação, destaca-se a importância de buscar costurar os processos identitários que podem permitir a construção das mais radicais transformações humanas. Coloca-se, assim, na formação da identidade como território, guardados os devidos ensejos das formações em cada pessoa, a superação do individual em todos os seus aspectos. Essa perspectiva, de que as pessoas constroem-se como sujeitos nas relações sociais, na interação com as outras pessoas, para transformar a natureza, aponta para a relevância dos espaços coletivos no avanço do desenvolvimento da potência humana criativa. Ou seja, no processo coletivo, com organização, pode-se avançar na construção de sujeitos potentes e transformadores, em uma sociedade em que predominam a exploração e o controle.

Favela é território de potência, e tal potência é construída nas ações coletivas, ganhando poder coletivo com identificação e reconhecimento nas pessoas, com identidade evidente em suas vidas. A potência existe nas relações de criação de artes e produções alternativas de sobrevivência. Em suma, organizações que superam os limites territoriais impostos pelo Estado e na convivência solidária entre os que vivem no espaço físico, por meio de diferentes apoios e fortalecimento da vida. Tal processo desloca o que está equivocadamente visto como periférico para o centro da disputa de poder, da disputa política na cidade. O território, portanto, não é formado por uma localidade física, com variados concretos, múltiplas formas e cimentos deslocados. O território constrói-se como tal na ação coletiva das pessoas, nos encontros, nas formas mais potentes de alegria e dor, que as unificam com identidades comuns nas diferenças e ganham potência no enfrentamento das desigualdades.

Com esse ponto de apoio, é possível afirmar o seguinte: a) a cidade, nas desigualdades sociais, é marcada por territórios com amplas diferenças e múltiplas desigualdades, no sentido da heterogeneidade e da diversidade aprofundada; b) faz-se

fundamental um ancoramento na diversidade, nas diferenças existentes e nos conflitos apresentados, como forma de potência para superação das desigualdades existentes; c) alavancar a potência da formação humana, em todos os ambientes, em todos os espaços e vagas possíveis, é a ação fundamental para superar a ordem de coisas imposta pelo poder, por toda a superestrutura e com a ação reguladora do Estado.

Mas o que está em questão, portanto? Há várias barreiras criadas para limitar, controlar e interditar as ações das pessoas que são sujeitos dos territórios periféricos, principalmente nas favelas. Tais barreiras são muros que afetam toda a escala humana. Ainda que simbólicas, ideológicas e/ou políticas, aparecem em toda a superestrutura, com marcas fortes na ação do Estado, e exercem limitações físicas e concretas na vida das pessoas, na percepção e na relação que estabelecem com seus bairros e territórios. Nesse sentido, a superação de tais barreiras é um dos principais objetivos para a conquista de uma cidade de direitos.

As tentativas de impor um Estado pautado pela violência e pelo controle fazem com que não se multipliquem direitos dos mais diversos (educação, saúde, tratamento de doenças, limpeza urbana, transporte etc.) e condicione-se a vida a episódios que estimulam o deslocamento das pessoas para a busca do prazer efêmero em todos os espaços da cidade. Nesse caso, por prazer efêmero entendem-se todas as energias voltadas para lazer e entretenimento, para momentos de movimentação de vidas marcadas por baixos salários, péssimas condições de trabalho para sobrevivência (quando esse existe) e violência constante, que aparece, muitas vezes, pela ação do Estado. Portanto, o que, a nosso ver, deve mover as questões quando se trata dos sujeitos das periferias, das favelas cariocas, é uma ação que permita elevar as relações de pertencimento e possam tornar-se insumos para ampliar uma costura coletiva da superação do poder do capital sobre a lógica da cidade.

3 Favela: percepções e representações

“O Rio chegou a um ponto que infelizmente exige sacrifícios. Sei que isso é difícil de aceitar, mas, para acabarmos com o poder de fogo dos bandidos, vidas vão ser dizimadas. [...] É uma guerra, e numa guerra há feridos e mortos.” Em 2007, o então secretário de Segurança José Mariano Beltrame fez essa declaração à revista *Veja*, referindo-se às ações policiais nas favelas cariocas. Ele reproduziu em seu discurso o que é um pensamento da maioria social, segundo o qual a “guerra” ao tráfico seria a solução para os problemas de violência na cidade.

Os significados e sentidos que a reprodução dos discursos de “guerra ao tráfico” tem para os espaços formais⁹ da cidade, bem como o alcance que esses significados e sentidos apresentam na formulação das políticas públicas, na construção das representações em torno da população da favela, são construções diretamente relacionadas com as formas de dominação. Os primeiros referem-se ao sistema de relações objetivas que se formou no processo de desenvolvimento da palavra, consistindo em um núcleo relativamente estável de compreensão da palavra, compartilhado por todas as pessoas que a utilizam. Os sentidos, por sua vez, referem-se aos significados da palavra para cada indivíduo, composto por relações que dizem respeito ao contexto de uso da palavra e às vivências afetivas do indivíduo (Oliveira, 2003).

Em *A ordem do discurso* (1996), Michel Foucault fala-nos da ideia de saber-poder e expõe a existência de uma íntima relação entre o conhecimento e o poder dentro da coletividade. Segundo Foucault (1996), o discurso que ordena a sociedade é sempre o discurso daquele que detém o poder. Além disso, ele identifica o sujeito como aquele que está sempre determinado pelas ideias emanadas pelos superiores, ou seja, pela classe que domina ideologicamente determinada sociedade. Ao participar de um debate com Noam Chomsky, *Human nature: justice versus power* (Natureza humana: justiça versus poder), questionado pelo filósofo holandês Fons Elders acerca de seu interesse pela política, Foucault responde que “a essência de nossas vidas consiste, afinal, no funcionamento político da sociedade na qual nos encontramos”

⁹ As favelas e os loteamentos irregulares são identificados, pelos órgãos públicos municipais do Rio de Janeiro, como espaços informais, em função da ausência do cumprimento de determinadas normas urbanas legais. Nesse caso, os bairros seriam os espaços formais. A principal característica dessa denominação é a generalização dos espaços populares e, portanto, a imprecisão.

(Foucault & Chomsky, 1971, s.p., tradução nossa). Oportunamente, salientamos que democracia, para Foucault, é o efetivo exercício de poder por uma população que não é dividida nem hierarquicamente ordenada em classes sociais. Foucault prossegue:

É óbvio que estamos vivendo sob um regime ditatorial de classes, sob um poder de classe que se impõe pela violência, até mesmo quando os instrumentos de tal poder são institucionais e constitucionais. [...] Admito não ser capaz de definir, nem mesmo por razões ainda mais fortes de propor, um modelo ideal de funcionamento de nossa sociedade científica e tecnológica. [...] Por outro lado, uma tarefa que me parece imediata e urgente, acima de qualquer outra coisa, é esta: deveríamos indicar e demonstrar, até mesmo quando estiverem escondidas, todas as relações de poder político que controlam, oprimem e reprimem o corpo social. (Foucault & Chomsky, 1971, s.p., tradução nossa).

A fim de que possamos entender os mecanismos utilizados pelo Estado para a confecção da lógica das políticas de segurança pública aplicadas no Rio de Janeiro, é fundamental a compreensão da relação entre saber e poder e as articulações destes na construção do discurso.

No ano 2008, a política de segurança modifica a linha do discurso, que antes pregava a “guerra”, com a nova lógica de “pacificação”. Surge a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), uma estratégia de segurança pública que fora vinculada à perspectiva de garantir a proximidade do Estado com os moradores de favelas dominadas pelo varejo do tráfico. O diferencial apresentado privilegiava a prevenção, o diálogo e a mediação, retomando o controle armado desses territórios e “civilizando” seus moradores, oferecendo condição para a integração desses territórios à cidade. Mas vale lembrar que tal estratégia de segurança pública foi anunciada após a notícia de que a cidade sediaria dois eventos internacionais: a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). Um reforço para a construção de um novo discurso de controle da cidade, tão apresentado e revigorado na última década.

Com a nova proposta de política de segurança pública, que não pregava mais a lógica do confronto, da “guerra às drogas”, surge, no contexto social da cidade formal, a esperança de um Rio de Janeiro menos violento. Busca-se, com isso, alterar no imaginário populacional a sensação de insegurança e medo presente na cidade. Surge, então, a lógica da “pacificação”, em detrimento do discurso de “guerra”. A mudança de discurso é fundamental para a desconstrução da imagem de uma cidade partida, marcada por violência, que caminharia, finalmente, em direção à paz. O senso comum do discurso de “guerra” passa, então, a ser substituído pelo discurso da

“pacificação”, que manteve seu caráter de lógica superficial, como se o problema da violência e do tráfico de drogas ilegais estivesse sendo resolvido.

Com o discurso do combate ao poder “paralelo” armado, justifica-se a entrada das forças policiais, apoiada no recurso do poder de fogo e reforçando a ideologia de “guerra” que, nas últimas décadas, estabeleceu-se nas favelas, onde medidas excepcionais de uso da força pelo Estado (operando pela polícia) “justificam-se” para a manutenção da ordem (Zaluar, 2004). Como resultado direto dessas ações, temos números exorbitantes de mortes, os quais são mais expressivos quando relacionados com os considerados criminosos potenciais ou os incrimináveis, uma tipificação que atinge integrantes de grupos sociais mais desfavorecidos, isto é, negros e pessoas de baixo *status* socioeconômico. A punição a esses sujeitos ocorre dentro e fora do sistema de justiça criminal e conta com a participação ativa de integrantes das corporações de segurança pública e órgãos do Estado, que deveriam investigar os crimes, e não cometê-los (Zaluar, 2004; Cano & Ribeiro, 2007; Misse, 2011; Vianna & Farias, 2011).

Diferentes análises chamam a atenção para o fato de que políticas de segurança pública direcionadas às populações de favelas e periferias urbanas são marcadas por uma lógica bélica atravessada pela racionalidade racista de Estado (Farias, 2014; Rocha, 2014; Barros, 2016; Silva, 2017; Cruz, 2020). Tais análises estão conectadas com o foco desta pesquisa, dedicada a refletir sobre a relação entre violência, espaço público e intervenção urbana no processo de produção da cidade do Rio de Janeiro — uma reflexão que considera a importância do debate pautado também pelos estudos sobre “genocídio antinegro” (Rocha, 2014). Seguindo essa linha de raciocínio, pensar a produção da cidade do Rio de Janeiro constitui-se em tarefa comprometida com olhares que enxergam os projetos governamentais em curso como projetos da “necropolítica”, nos termos trabalhados por Mbembe (2018). O autor elabora:

[...] a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o *status* de “mortos-vivos”. (Mbembe, 2018, p. 71).

A discussão proposta por Mbembe (2018) sobre “necropoder e ocupação colonial na modernidade tardia” traz elementos fundamentais para a compreensão da articulação entre violência institucional e produção de cidades. De acordo com sua análise, a espacialização da ocupação colonial merece ser resgatada para

refletirmos sobre processos atuais de urbanização e controle de territórios e populações. Mbembe sugere que essa reflexão seja inspirada pelas formas de Fanon (1968), em função das articulações por ele trabalhadas entre a ocupação colonial e a divisão do espaço em compartimentos. Em seu debate sobre “necropoder”, Mbembe faz questão de incorporar à reflexão o trecho de *Os condenados da Terra* (Fanon, 1968), dedicado a pensar a divisão entre a cidade do colono e a cidade do colonizado. A primeira, segundo apresenta Fanon, não é complementada pela segunda; na verdade, ambas são zonas opostas, em que não há conciliação possível. A partir de uma lógica puramente aristotélica, elas obedecem ao princípio da exclusão recíproca:

A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo regurgitam de sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sondadas. Os pés do colono nunca estão à mostra, salvo talvez no mar, mas nunca ninguém está bastante próximo deles. Pés protegidos por calçados fortes, enquanto que as ruas de sua cidade são limpas, lisas, sem buracos, sem seixos. A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a medina [cidade árabe ao lado da qual se erguem edificações para europeus], a reserva, é um lugar mal-afamado, povoado de homens mal-afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. (Fanon, 1968, p. 28).

Essa perspectiva, portanto, enxerga nas conformações urbanas atuais regimentos que são ao mesmo tempo políticos e morais e que atuam na configuração de uma população e um território como alvos de políticas públicas de segurança marcadas pela lógica bélica, nas quais é preciso convencer a sociedade de que há de fato um inimigo a ser combatido.

Valorizar a conexão entre projetos urbanísticos de intervenção nas favelas e políticas públicas de segurança é uma das apostas analíticas desta pesquisa. Se, para construir sua argumentação a respeito da “necropolítica”, Mbembe acionou a distinção elaborada por Fanon (1968) entre a “cidade do colono” e a “cidade do colonizado”, torna-se evidente a relevância das linhas de investigação dos estudos urbanos que hoje se dedicam a aprofundar análises das imbricações territórios-corpos ou territórios-populações em contextos militarizados no Rio de Janeiro (Barros &

Farias, 2017). Associam-se a esse investimento interpretativo trabalhos como o de Ananya Roy (2017) sobre o “urbanismo subalterno”, o qual “se encarrega da teoria da megacidade e de seus espaços e classes subalternas” (Roy, 2017).

À medida que o subalterno recebe uma identidade política distinta, então essa figura passa a estar associada a territórios distintos. Um desses territórios é a favela. É assim que a ideia do subalterno entrou no campo dos estudos urbanos, levando ao surgimento de uma formação que eu denomino de urbanismo subalterno. (Roy, 2017, p. 10).

Enxergar, então, a favela como esse território habitado e compreender que os projetos de intervenção urbanística estão diretamente conectados com outras políticas públicas historicamente implementadas, para fixar as pessoas que ali residem como uma população que merece um tratamento distinto em relação às pessoas que habitam outras regiões da cidade. Essa distinção constitui uma das bases para agendas governamentais responsáveis pelo que Mbembe (2018) denominou “políticas de morte”, como explicitado anteriormente.

Outro aspecto importante e que acentua o fato de a sociedade “fechar os olhos” para as ações truculentas cometidas pelo Estado nas favelas é a forma como esses territórios são percebidos pela cidade formal, em que quase sempre a favela é entendida como espaço de ausências, definida pelo que ela não é ou pelo que ela não tem em relação à cidade.

[...] a favela é apreendida como um espaço destituído de serviços urbanos — água, luz, esgoto, coleta de lixo; sem ordem — arruamento, numeração domiciliar, pavimentação; globalmente miserável; sem lei — antro de marginais e desocupados; sem cidadania — baixa escolaridade e fraca participação política; sem moral — famílias desagregadas e pessoas inclinadas a todo tipo de vício; enfim expressão do caos social mais brutal. (Ceasm, 2000, p. 23).

Assim, a favela tem sido marcada por representações oriundas da cidade, em particular dos espaços formais e do próprio poder público, no que diz respeito ao espaço geográfico que compõe e de seus moradores. Carentes, excluídos, criminosos em potencial são algumas das expressões carregadas de valores pelas quais os favelados¹⁰ são identificados, vistos quase sempre como seres subalternos e muitas vezes incapazes de viver na cidade e de ter cidadania plena. São significados que

¹⁰ População da favela. Tem, habitualmente, sentido pejorativo; aqui, no entanto, a expressão será empregada sem esse teor negativo.

contribuem para intervenções públicas marcadas pela violência, visível ou oculta, à população desses espaços. Ações legitimadas pelo senso comum e também pelo discurso dos moradores da favela, que, apesar de violentados, acabam tomando para si os significados, sem atribuir-lhes sua própria existência e identidade.

Os discursos sociais que constroem a imagem da favela e dos favelados, atrelada ao “ruim”, fazem com que o indivíduo sinta vergonha de seu lugar de pertencimento, gerando inclusive questões a respeito da construção da própria identidade e criando um sentimento de inferioridade. Quando não se tem consciência de sua importância na sociedade, o indivíduo é estrategicamente controlado por aqueles que detêm o conhecimento e, conseqüentemente, o poder.

As incursões policiais, já contextualizadas no processo de instauração da UPP, que têm em seu discurso a justificativa da “guerra contra o tráfico”, pretendem indicar para a cidade uma nova lógica de policiamento. Porém, na prática efetiva, nada há de novo nessa “lógica” anunciada. O controle territorial, antes realizado por ostensivo uso das armas nas mãos dos grupos criminosos, passa para uma atuação permanente e uma exposição ao controle policial, com a também ostensiva utilização de armas por grupos legais, representantes do Estado, sejam policiais, sejam militares. Trata-se, portanto, de algo que falseia a realidade.

Nesse contexto, o Complexo da Maré, alvo de inúmeras operações sob a justificativa da repressão ao varejo do tráfico de drogas e de numerosas tentativas de recuperação de cargas roubadas, também se tornou palco para a implantação dessa política de segurança pública por meio de grandes incursões policiais para a implantação da “promessa” de uma UPP.

Cumprir registrar que as 16 comunidades circunscritas ao bairro da Maré vivenciam uma tragédia iminente em seu dia a dia de escolas e postos de saúde. Somente a permanência física dos equipamentos do Estado — que são prédios públicos construídos com uso precário — não garante atendimento de qualidade aos moradores. São constantes os relatos de ausência de professores, médicos e outros atores fundamentais para o funcionamento de um sistema no qual haja cidadania plena. A Maré é um bairro de fácil acesso, dado que seus limites territoriais são compostos pelas principais vias expressas da cidade, a Avenida Brasil e as Linhas Amarela e Vermelha (vias de grande importância para o estado do Rio de Janeiro).

No primeiro trimestre de 2017, dos 72 dias letivos, apenas em sete a rede do estado funcionou 100%. Nos demais 65 dias, pelo menos uma escola do Rio de

Janeiro foi fechada por causa da violência. Na Maré, foram 11 dias sem aula e 17 sem posto de saúde.¹¹

Dessa forma, o caráter autoritário e violento da polícia sobre as populações de baixa renda e seus locais de moradia (favelas, morros, conjuntos habitacionais e posses) são vistos como atos normais, [*sic*] por grande parte da sociedade, dos meios de comunicação e dos agentes responsáveis pela segurança do Estado, reproduzindo o discurso de que bandido e favelado são sinônimos. A “metáfora bélica” ganha apoio de diferentes setores da sociedade e justifica todo o tipo de violência. (Ferraz, 2007-2008, p. 200).

A “metáfora bélica”, descrita por Ferraz (2007-2008), marca os processos de retomada de território, constituídos por intervenções diárias até chegar à tão “propagada” instauração das UPPs, instauração essa que, na Maré, sequer chegou a acontecer. Vale destacar que esse enquadramento teórico-analítico das políticas de segurança pública implementadas no estado do Rio de Janeiro conforma diferentes linhas de pesquisa que conectam estudos urbanos e violência, que possibilitam um aprofundamento da compreensão desse quadro político. A “metáfora bélica” (Ferraz, 2007-2008) pode ser pensada, então, juntamente com as formulações de Leite (2000) a respeito da “metáfora da guerra”, definida por “uma conexão entre a consolidação da representação da cidade em guerra e o desenvolvimento de uma ambiguidade em relação aos direitos civis e humanos de favelados, por presumi-los incompatíveis com a segurança pública” (Leite, 2000, p. 78).

No caso da entrada das forças de segurança na favela da Maré, o que apenas foi considerado como pré-UPP teve como característica a ocupação policial, seguida da ocupação do Exército e “recheada” desse caráter autoritário e violento, repleto de violações. Isso mostrou-se até agora, para nós, ineficaz e inoperante. Foram ações centralizadas ainda na força armada do Estado e no tratamento dos moradores como suspeitos em potencial, dadas as ações de destrato, desacato e violações. Ocorre que a ocupação do Exército na Maré durou um ano e três meses, e não houve alterações profundas que possam, a nosso ver, ser consideradas positivas; sequer resultaram na implantação da UPP, como ocorrido em outras favelas.

Mesmo após mais de um ano da presença ostensiva das forças de segurança, como justificativa oficial para a não instalação da UPP na Maré foi apresentado o

¹¹ REDES da Maré. Maio 2017. Disponível em: <<http://redesdamare.org.br/blog/agenda/marcha-contra-violencia-na-mare/>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

discurso da crise econômica, que se anunciava em 2014 e que se acentuou em 2016, com o decreto de calamidade pública sancionado pelo governador em exercício à época.

Coincidência ou não, a ocupação das forças armadas na favela da Maré sustentou-se por tempo suficiente para que os resultados olímpicos de 2016 fossem assegurados. No entanto, a promessa de “pacificação” na Maré não se concretizou, e, embora possamos considerar ínfimo o legado olímpico — promessa de melhorias permanentes em qualquer cidade sediadora das Olimpíadas —, as marcas deixadas pela ocupação do Exército na Maré foram de impactos dramáticos na vida de moradores e moradoras.

A obra *A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das forças armadas na Maré*, de Eliana Sousa Silva (2017), ajuda-nos a compreender o que essa intervenção da segurança pública significou na vida cotidiana dessa favela. A autora lembra que a Maré, com aproximadamente 140 mil habitantes, tem uma população superior a 90% dos municípios brasileiros, e que os moradores e moradoras têm relação tanto com a construção da Avenida Brasil quanto com os trabalhadores e trabalhadoras da pesca na Baía de Guanabara.

Ainda segundo Silva (2015), “entre 5 de abril de 2014 e 30 de junho de 2015, as forças armadas ocuparam as favelas da Maré com a finalidade de contribuir para a pacificação do território e estabelecer condições de segurança para a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora”. A atuação dos militares — comandada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e chamada de Operação São Francisco — foi regulada por uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO), expedida pela Presidência da República. Essa medida concedeu poder de polícia às tropas em uma área de cerca de 10 km², autorizando os militares a fazer patrulhamentos, revistas, vistorias e prisões em flagrante.

Tal pesquisa foi realizada entre fevereiro e setembro de 2015, com mil moradores com idades entre 18 e 69 anos, distribuídos em 15 das 16 favelas da Maré, tendo em vista que Marcílio Dias não foi ocupada pelo Exército. Destaca-se que o público prioritário da pesquisa foram moradores desses 15 territórios assim listados: “Conjunto Esperança, Vila do João, Salsa e Merengue (Novo Pinheiros), Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiros, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Morro do

Timbau, Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz, Parque União, Parque Roquete Pinto e Praia de Ramos”.

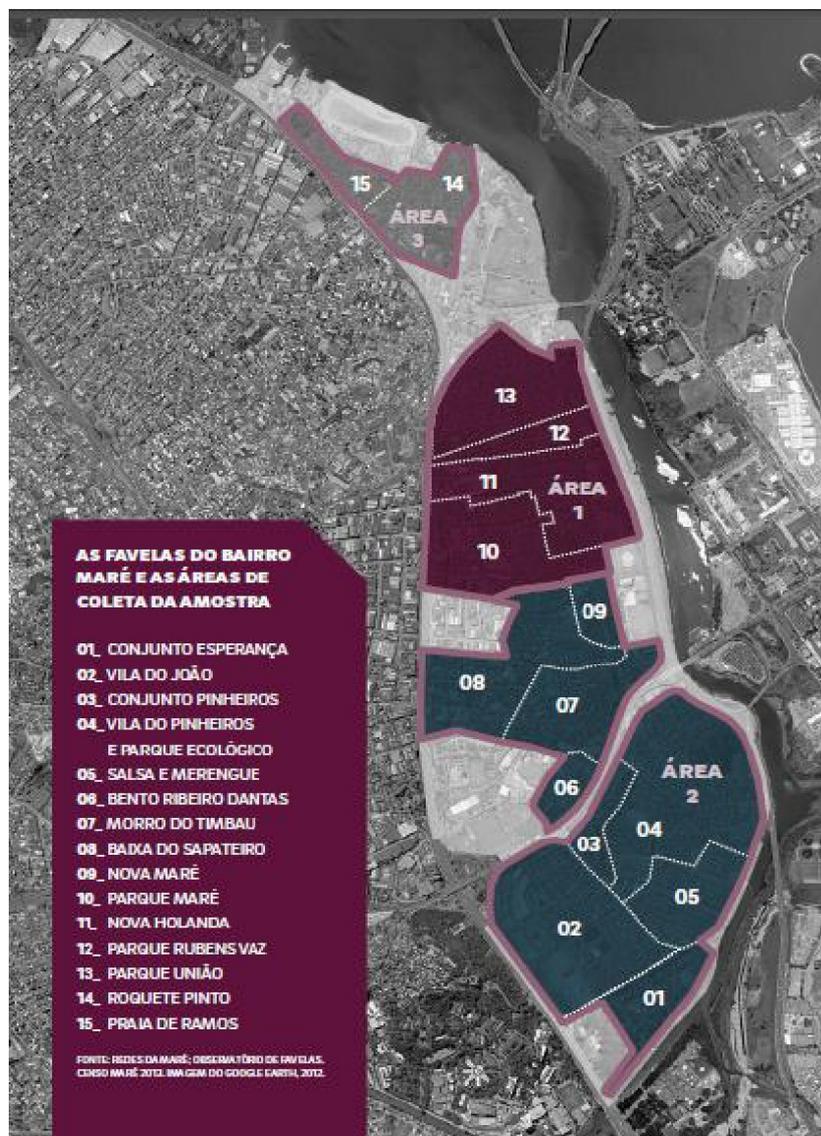


Figura 2 – Mapa territorial das favelas que compõem a Maré.
 Fonte: Redes da Maré; Observatório de Favelas. Censo Maré 2013. Imagem do Google Earth, 2012.

Ainda que a operação das forças militares, intitulada Operação São Francisco, tenha contado com integrantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, o Exército foi escolhido como foco de análise, tendo em vista que essa força representou “mais de 80% do efetivo presente e, conseqüentemente, por ter sido esta a representação predominante entre os moradores da Maré” (Silva, 2015).

Segundo Silva (2015), há “no imaginário da cidade a representação da Maré como um dos locais mais perigosos, no Rio de Janeiro, o que se tornou um argumento para a inibição da garantia de outros direitos dos moradores locais,

como, por exemplo, o de terem Segurança pública”. Talvez, uma das maiores evidências dessa informação, para além da existência na favela de quatro grupos criminosos armados, da violência letal constante, que leva a ferimentos sérios e à perda da vida, está no decreto da Secretaria Municipal de Educação, bem lembrado pela publicação: “autoriza que as escolas da Maré terminem as aulas mais cedo em relação ao horário vigente em outros espaços da cidade” (Silva, 2015).

Os passos seguidos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, nesse momento, anunciam elementos muito importantes para identificarmos como o ser humano da Maré reconhece-se e como é reconhecido pela população da cidade fora desse território:

(a) anúncio da entrada da UPP pelos meios de comunicação; (b) cumprimento de mandados judiciais; (c) busca e apreensão por meio de operações envolvendo diferentes delegacias da Polícia Civil, como, por exemplo, de roubo e de desmonte de veículos; e (d) reuniões da Secretaria de Segurança Pública com associações de moradores e outras organizações, para apresentar como seria o processo de entrada na favela, dentre outras.

Somam-se a esse processo outros itens, trazidos a partir da análise realizada por Silva (2015), que nos remetem aos seguintes pontos: a) o morador da Maré é visto como conivente ou como coitado, em um processo que as classes dominantes reforçam para manter as desigualdades; e b) o próprio morador vai construindo sentidos diferentes dos necessários para romper com o quadro de ordem e conquistar seus direitos. Para nós, certamente, esse processo está aberto, dependendo de correlações de forças e condições, inclusive com a possibilidade de transformar a cena repressora e midiática da ocupação do Exército no território em um instrumento de conquistas para mais direitos, inclusive o direito à segurança pública.

No trabalho de Silva (2015), também há o registro do episódio da morte dos nove moradores, que ocorreu em um período conturbado na Maré, entre o fim de 2013 e o início de 2014. A autora destaca como o processo de violência ocorrido no território durante o período mencionado resultou em consequências letais e teve como resposta a mobilização dos moradores e das organizações da sociedade civil existentes na Maré:

A mobilização fez com que, pela primeira vez na história da Maré, a Delegacia de Homicídios entrasse na favela para realizar perícias nos locais onde as mortes aconteceram. Até o encerramento desta publicação, após mais de três anos do episódio, as investigações apontavam que oito vitimados foram mortos por, pretensamente, resistirem à ação policial. Isso significa dizer que essas pessoas

foram consideradas provocadoras das suas próprias mortes, num contexto de confronto com a polícia. (Silva, 2015)

Os indivíduos que participaram da ação constituíram-se em sujeitos do processo, fizeram valer a mobilização e apresentaram um ambiente legítimo de reivindicação de direitos e potencializados para novas disputas. O peso da manifestação, a força discursiva, que ganhou espaço nas mídias diversas e confrontou os espaços de poder do Estado constituídos, tiveram grande importância para avançar na disputa de representação das favelas, que é apresentada pelas elites e pelos setores dominantes como espaço de violência e medo, e por ativistas das periferias e moradores e moradoras como território de potência.

Um fato que tem sido notado, em particular com o fortalecimento dos programas de ações afirmativas nos últimos anos, é o aumento de forma regular no número de pessoas que se declara de cor preta ou parda no Brasil, o que pode caracterizar uma perda de força da “ideologia do embranquecimento” — processo social e subjetivo em que as pessoas negras buscavam se identificar com o fenótipo branco para se sentirem mais valorizadas socialmente. (Silva, 2015).

A identificação desse fenômeno social na Maré, segundo a autora, é um elemento fundamental, que pode ser trabalhado, coletivamente, para crescimento de uma consciência de justiça racial. Elemento fundamental para a conquista de mais direitos, mais liberdade e superação das violências, principalmente a violência letal, que atinge com força negros e negras, principalmente os mais jovens.

Outra questão importante diz respeito ao discurso predominante sobre o território. A pesquisa de Silva (2015) constata que nove em cada 10 entrevistados e entrevistadas gostam de viver na Maré. O discurso apresentado sobre esse item tem fundamental importância na disputa das narrativas e dos discursos predominantes sobre as periferias. Nesse sentido, coloca em xeque o poder hegemônico, ao apresentar as pessoas das favelas como coitados, moradores de territórios subnormais, violentos e outros termos que aparecem por meio dos canais oficiais de comunicação e do próprio Estado.

[...] a ideia de identificar a satisfação, ou não, dos entrevistados em viver na Maré teve como pressuposto apreender como o território é percebido e concebido por quem o vivencia no cotidiano, assim como sua inserção na cidade. O resultado desse quesito reiterou o que já observamos em outros levantamentos: 85,3% declaram gostar de morar na Maré. Significa dizer que quase nove pessoas em cada 10 gostam de viver na favela. (Silva, 2015).

Essa abordagem é central na disputa de poder, que ocorre por meio dos discursos e reforça a importância de superar o discurso hegemônico que predomina na sociedade que temos. Por fim, há ainda outras afirmações encontradas na pesquisa de Silva (2015) que são relevantes para a análise proposta: i) a participação da população local na construção de formas inovadoras de regulação do espaço público; ii) o aumento de investimentos em políticas sociais e na estrutura econômica, o que exige maior presença estatal e de empresas; e iii) um plano de desenvolvimento global, de longo prazo e integrado, com um fórum institucional com poder de construir tal iniciativa, avaliá-la e propor retificações de rumo, se for o caso.

Os elementos destacados da pesquisa de Silva coadunam com o objetivo deste capítulo, de discutir a relação entre a favela e seus espaços públicos a partir de uma relação pautada pela violência e pela vulnerabilidade. Buscou-se assinalar, com a experiência da Maré, como territórios conflagrados pela violência acabam sendo impactados no que tange à ocupação e ao uso dos espaços públicos. Dessa forma, acredita-se que as reflexões sobre a realidade de uma das maiores favelas do Rio de Janeiro — que, no decorrer de sua história, teve sua população limitada de diferentes formas a transitar por todo o território, não podendo apropriar-se dos espaços públicos de suas comunidades — colaboram com o debate de concepção de cidade — partida ou integrada — proposto por esta pesquisa.

4 Maré é Rio: a cidade e seus territórios segregados

Alagados, Trenchtown, Favela da Maré
 A esperança não vem do mar
 Vem das antenas de TV
 A arte de viver da fé
 Só não se sabe fé em quê
 A arte de viver da fé
 Só não se sabe fé em quê
 (Paralamas do Sucesso. *Alagados*)

O Complexo da Maré, ou simplesmente Maré, assim denominado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, é um bairro com conglomerado de pequenos bairros da Zona Norte da capital fluminense. Essa descrição é encontrada em uma das principais páginas de pesquisa da internet. Encontram-se disponíveis e com fácil acesso os dados referentes à sua extensão territorial, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), número de habitantes e quantidade aproximada de domicílios. Em outras fontes, é possível encontrar informações referentes a um traço que marca a história desse território, a violência. Em estudos como *Falando sobre segurança pública na Maré: a vida na favela: relatos sobre o cotidiano em meio à violência armada*, organizado pela Redes da Maré (2019), são apresentados números e análises dessa violência.

Nossa proposta para este capítulo analítico é tratar da história desse complexo de favelas a partir de um olhar que combine essas duas frentes e fontes de dados, os que se referem à constituição da Maré como bairro integrante da cidade do Rio de Janeiro e o papel que a violência sempre exerceu nesse processo. Ou seja, a ideia é pensar esse território, objeto de investigação desta pesquisa, e sua história, mas de forma a buscar identificar a relação que a violência, em suas diferentes facetas, exerceu na constituição desse conglomerado chamado Maré. De que maneira essa violência foi criando barreiras — visíveis e invisíveis —, interditando o uso de espaços públicos e interferindo na relação dos moradores e moradoras com esses espaços, tornando a Maré um território segregado, mas também uma *comunidade*?

Quando mencionamos *comunidade*, enfatizamos que, se esse território é marcado por um histórico de violência que acaba tornando-se parte da edificação do próprio bairro, sua história é, na mesma proporção, assinalada por uma série de fatos históricos, lutas, resistências, alegrias e tristezas. E essa *comunidade* é,

segundo Vieira (1998), cheia de vida, da vida de homens e mulheres que um dia acreditaram que poderiam até mesmo construir seu próprio chão. Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar um panorama geral de toda essa história que envolve a formação de um dos maiores complexos de favelas da cidade do Rio de Janeiro à luz da pesquisa bibliográfica realizada.

4.1 A MARÉcomplexo

A Maré, que, hoje, compreende um conjunto de 16 localidades, onde moram cerca de 140 mil pessoas, tornou-se bairro por meio da Lei nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994. Mas sua formação remonta aos tempos coloniais, quando era apenas um refúgio às margens da Baía de Guanabara. Os primeiros a habitarem esse território, portanto, foram índios tupis-guaranis, cuja influência ainda pode ser notada nos nomes de favelas pertencentes ao complexo, como Inhaúma, Timbau e Sapucaia (Vieira, 1998). Ainda nesse período de colonização, o território foi repartido em duas sesmarias, Fazenda do Engenho Novo e Fazenda Engenho da Pedra, sendo a primeira pertencente aos jesuítas.

Nos primeiros anos de colonização, os jesuítas, responsáveis pela Fazenda Engenho Novo, abriram um porto, para dar passagem aos produtos que vinham das fazendas para o centro da cidade, principalmente açúcar e aguardente produzidos nos engenhos (Vieira, 1998). O porto comunicava principalmente São Cristóvão, Caju, centro da cidade e ilhas próximas, estava localizado no final da Rua Guilherme Maxwell, onde se localiza hoje o Museu da Maré, e foi de fundamental importância para a história da Maré, pois em seu entorno formou-se um primeiro núcleo populacional não indígena.

Em contrapartida, a Fazenda do Engenho da Pedra, que englobava os hoje bairros de Olaria, Ramos, Bonsucesso e parte de Manguinhos, sempre teve à sua frente militares ou autoridades governamentais. Ainda é possível encontrar, segundo Vieira (1998), ruínas da fazenda onde atualmente se localiza a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Ramos, na Favela da Igrejinha.

Toda essa região sofreu uma grande mudança com a criação da ferrovia em 1897, que, por ser controlada pela The Leopoldina Railway, passou a nomear esses bairros como subúrbios da Leopoldina. Destaca-se nesse momento a região de Bonsucesso, que se tornava agregadora, em seu entorno, de várias atividades, dando

origem à organização de um núcleo urbano com a divisão de lotes e o incentivo à construção de prédios (Vieira, 1998).

Pouco tempo depois, houve a fundação do Instituto Oswaldo Cruz na região, sendo outro elemento fundamental para a constituição de núcleo urbano no entorno, já que, a partir de sua instalação e da importância da instituição, de caráter nacional, vieram meios de transporte e maior infraestrutura. As décadas seguintes foram marcadas pelos diversos aterros realizados nos manguezais da região, cujo objetivo era a construção do aeroporto de Manguinhos. Este foi inaugurado em 1936, ao lado da Avenida Brasil, em frente à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Nascia na Maré, com o apoio do governo de Getúlio Vargas, o Aeródromo de Manguinhos, oficialmente Aeroclubes do Brasil, onde se formaram as primeiras gerações de pilotos do país. Entretanto, um desastre envolvendo duas aeronaves, em 1959, quando elas se chocaram e caíram sobre o bairro de Ramos, matando 32 passageiros e mais 10 pessoas em solo, foi determinante para seu fechamento. Assim, pouco tempo depois, sob o argumento de que os voos atrapalhavam os aeroportos do Galeão e Santos Dumont — tendo o acidente como exemplo —, o aeroporto foi fechado. A sede do Aeroclubes do Brasil foi transferida, em 1972, para o Aeródromo de Jacarepaguá. Hoje, onde era o Aeroporto de Manguinhos fica a Vila do João, uma das comunidades do Complexo da Maré.

Contudo, a política de aterramento na região prosseguiu. Entre 1949 e 1952, foi realizado o aterro do Arquipélago do Fundão para a construção da Cidade Universitária. Inicialmente, foram anexadas as seguintes ilhas: Fundão, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Sapucaia, Bom Jesus, Baiacu, Cabras e Catalão, sendo a Ilha do Pinheiro incorporada ao projeto no final da década de 1970. Sobre a política de aterramento, que constitui um traço importante da história desse território, é importante destacar os problemas ambientais trazidos por ela, assim como os impactos causados à paisagem da região, modificando o acesso que se tinha aos bairros. Além disso, é fundamental assinalar que essa política também impactou o núcleo urbano da região, pois muitos trabalhadores que foram construir a Cidade Universitária, por exemplo, ou que foram trabalhar em outra grande obra de aterramento acabaram indo morar na Maré, especialmente no Timbau e na Baixa do Sapateiro.

A Maré ainda sofreria um novo impacto em sua conformação nas décadas seguintes, com a política de “modernização da cidade” proposta pelo governo de Carlos Lacerda (1961-1965). Segundo Perez (2007), quando Lacerda foi eleito, a

cidade do Rio de Janeiro tinha 3,3 milhões de habitantes, sendo 10% destes moradores das 147 favelas catalogadas pelo governo, das quais 40% localizavam-se no subúrbio, 17%, no Centro e na Tijuca, e 22%, na Zona Sul da cidade. Outros dados importantes para compreendermos o quadro desenhado é que a cidade contava com o menor índice de analfabetos (12%, sendo a média nacional de 46%) e com o segundo maior parque industrial do país. Havia uma pressão para que o governo administrasse esse crescimento industrial e econômico da cidade com a favelização, que crescia no mesmo ritmo.

Assim, tornava-se marca do governo Carlos Lacerda a política de remoção de favelas e a construção de conjuntos habitacionais para os favelados (Perez apud Soares, 2010). Mesmo distantes do local de trabalho e da vida desses cidadãos, muitas vezes esses conjuntos tornavam-se atrativos, pela promessa de desfrutarem de infraestrutura básica, combinada com a chance de os moradores terem a propriedade da casa após seu pagamento em condições facilitadas. Cumpre dizer que a construção desses conjuntos habitacionais estava relacionada com uma reativação do setor da construção civil na cidade e que também atendia aos interesses da especulação imobiliária, com remoção de favelas em áreas nobres e valorizadas da Zona Sul (Soares, 2010).

Dessa forma, de acordo com Perez (2007), a política de remoção implementada por Lacerda até 1965 tinha conseguido remover 42 mil moradores de 30 favelas, sendo 75% destas localizadas na Zona Norte. E foi nesse contexto que diversas favelas da Zona Sul foram removidas para as comunidades da Maré, principalmente Nova Holanda. Contudo, é fundamental dizer em que condições tais remoções deram-se:

A forte reação dos moradores fez com que a fase de remoções não fosse totalmente implementada, limitando-se à remoção das áreas “palafitas” e à transferência dos moradores para construções pré-fabricadas. Até então, segundo depoimento de moradores, a “Maré das palafitas era símbolo da miséria nacional”. (Oliveira, 2003 apud Ceasm, 2000).

Essa política de remoção das favelas permaneceu no governo Chagas Freitas, a partir de 1971, com um projeto que incluiu a construção de uma via paralela à Avenida Brasil e a remoção de parte dos favelados. Ele também decretou novos limites da orla marítima da região do Caju a Ramos e a proibição de novos aterros clandestinos. Porém, todo esse projeto acabou não sendo implantado e cedeu lugar

ao Projeto Rio (1979-1982). O Projeto Rio envolvia recuperar a orla da Baía de Guanabara em 27 quilômetros, desde a Ponta do Caju aos rios Sarapuí e Meriti, em Caxias. Tinha como objetivo a criação de espaços para abrigar populações de baixa renda e de condições de ambientação ecológica e paisagística do trecho mais poluído da Baía de Guanabara. Contudo, a primeira fase do Projeto encontrou muita dificuldade para ser executada, pois previa a remoção dos moradores de favelas para conjuntos habitacionais, e houve muita resistência.

Dessa forma, o projeto precisou ser redesenhado, e, tendo em vista que um terço da população da Maré morava em palafitas nessa época, o governo criou o Programa de Erradicação da Sub-habitação (Promorar), cujo objetivo era eliminar as palafitas. Ele ainda previa em seu escopo a questão da regularização da propriedade dos terrenos, o alinhamento de ruas, a instalação de rede de esgotos e abastecimento de água. É nesse contexto do Projeto Rio, das áreas aterradas a partir do Canal do Cunha, que surgem dois conjuntos novos da Maré, hoje Vila do João e Conjunto Esperança.

Junto ao desenvolvimento do Projeto Rio e a toda a resistência gerada a inúmeros de seus objetivos, especialmente os que envolviam remoção, há de se destacar o crescimento do poder das associações de moradores em algumas comunidades da Maré junto às autoridades governamentais. O Projeto foi finalizado em 1985, sem atender a todas as metas prometidas, o que levou a Associação de Moradores da Nova Holanda a promover uma articulação entre as associações de moradores da região da Maré e a organizar passeatas, que acabaram gerando retorno de parte das obras, como as de saneamento a cargo da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

Ainda lutando pela conclusão das obras iniciadas na década de 1980, os moradores da Maré assistiram, em 1992, à construção a Linha Vermelha. Segundo Vieira (1998), para a construção da via, pensada como uma alternativa à Avenida Brasil, acabou-se com parte do manguezal da região, realocaram-se os trapiches utilizados pelos pescadores, foram removidas famílias para o Parque Alegria e Boa Esperança, e deixou-se a Maré limitada entre essas duas vias expressas, a Avenida Brasil e a Linha Vermelha.

Na mesma década de 1990, a Maré foi objeto de outro processo de reassentamento promovido pela Prefeitura, principalmente de populações desabrigadas e moradores de áreas de encostas e margens de rios, consideradas de risco (Silva, 2006), pois são marginalizadas socialmente e pelos poderes públicos.

Foi nesse contexto, ainda na primeira gestão do prefeito Cesar Maia, que a Maré tornou-se bairro e alvo de inúmeros projetos governamentais, recebendo uma série de intervenções do poder público, visando à sua urbanização.

De acordo com o Censo Maré 2000, realizado pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), contabilizou-se um total de 17 localidades: Conjunto Esperança, Vila do João, Vila do Pinheiro, Salsa e Merengue, Conjunto Pinheiros, Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Nova Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque União, Roquete Pinto, Praia de Ramos, Marcílio Dias e Mandacaru. Esse conjunto de favelas assistiu, junto com as intervenções do poder público no bairro, ao fortalecimento de diversas facções criminosas rivais ao longo da década de 1990.

A Maré passou a figurar nos noticiários pela força da atuação dessas facções. Desde então, o tráfico de drogas e a divisão estabelecida pelos comandos passaram a dificultar, no cotidiano, o processo de integração das localidades. Diversas barreiras, visíveis e invisíveis, passaram a fazer parte da relação do morador e da moradora com seu bairro e sua cidade: desde o acesso negado dentro do próprio bairro, como transitar entre localidades comandadas por facções distintas, à interferência no funcionamento de espaços públicos, como escolas e postos de saúde, passando também pela construção de símbolos que interdita o pertencimento desse bairro à cidade. Ou seja, relações de violência explícita e simbólica, que passaram a determinar uma segregação espacial e inúmeras desigualdades no acesso ao que se concebe neste texto como cidade.

4.2 Violência e espaços públicos em debate

As figuras a seguir ilustram os índices e as proporções devastadoras que a violência no Complexo de Favelas da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, alcançou no cenário recente do país. Uma ação da organização não governamental (ONG) Redes da Maré entregou cerca de 1,5 mil cartas de crianças à Polícia do Rio de Janeiro, nas quais elas explicam o que vivem cotidianamente em seu bairro e como percebem a atuação da chamada política de segurança. De acordo com a ONG, o objetivo dessa ação foi sensibilizar os juizes, mostrando o que os moradores e as moradoras vivem, e pedir a volta de ação civil pública (ACP).

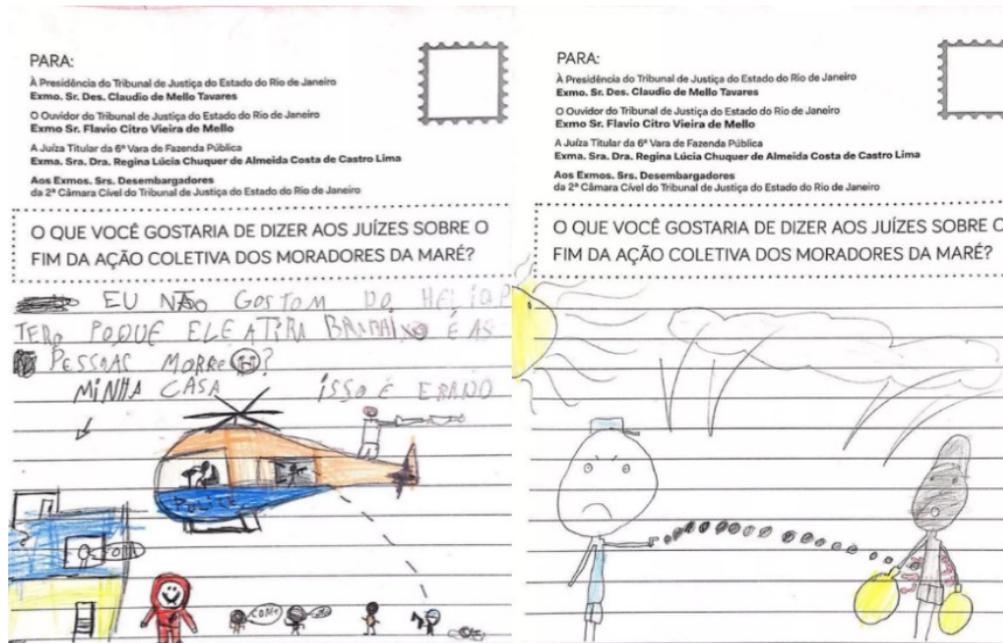


Figura 3 – Cartas de crianças moradoras da Maré à Polícia do Rio de Janeiro.
 Fonte: Reprodução/Redes da Maré.

Outro caso emblemático envolvendo a Maré e que também repercutiu nas redes sociais e nos veículos de comunicação de todo o país foi a imagem da placa colocada pela artista plástica Yvonne Bezerra de Mello no teto de um projeto social do Uerê na Maré, dizendo: “Escola. Não atire”. Segundo a artista plástica, a placa está há dois anos no teto do projeto, desde que este recebeu uma rajada de tiros de um helicóptero da polícia enquanto realizava atividades com crianças e jovens pela manhã.



Figura 4 – Cobertura da edificação do projeto social do Uerê na Maré
 Fonte: O Globo, 10 maio 2019.

A Maré já aparece como a terceira área da capital com mais homicídios dolosos registrados em 2017, com 24 casos, apenas dois a menos que a Pavuna e Santa Cruz, bairros que lideram o *ranking* no Rio.

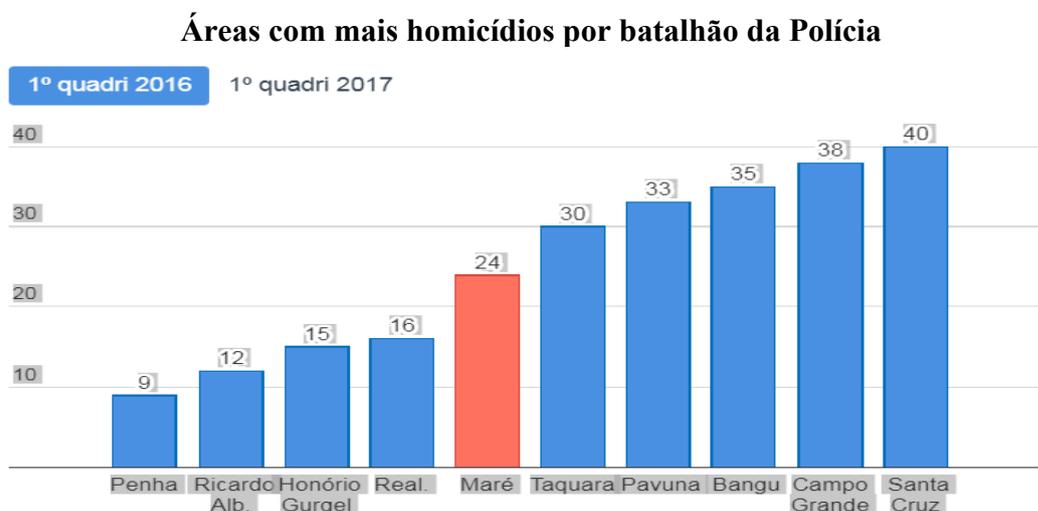


Figura 5 – Gráfico de áreas com maior índice de homicídios dolosos registrados em 2017 na capital. Fonte: ISP-RJ.

Toda essa expansão da violência, evidenciada em dados e em ações concretas, apontam para uma íntima associação com questões sociais, para a desigualdade social, mas também para especificidades territoriais e urbanas. Por isso a relevância de se pensar esse fenômeno, a violência e os espaços públicos.

De acordo com pesquisa do Instituto Datafolha sobre combate à violência, esta tem de ser prevenida mais pelo combate ao desemprego e pela melhoria da educação do que pela repressão policial. “Dos 12.180 entrevistados, 64% defenderam o combate ao desemprego e a melhoria na educação como prioridades” (“Pena de morte é defendida por 50%”, 2004, s.p.). Contudo, não é possível desprezar o impacto de ações públicas de todos os níveis governamentais sobre as consequências da desigualdade social, até porque a violência também se consolidou pela ineficácia histórica da atuação dos aparelhos de Estado.

A violência, nesse sentido, deixa de ser uma variável independente, devendo ser considerada uma das manifestações de um conjunto de injunções que comprometem a cidadania e a dignidade humana (Hughes, 2004). Em geral, a violência gerada pela polarização social, que reflete a concentração de renda, é marcada pela ausência do Estado nas áreas pobres e desassistidas, como a Maré. No caso específico da Maré, podemos falar nessa ausência do Estado? Pois, como

vimos anteriormente neste texto, a história da constituição do bairro da Maré foi repleta de intervenções do poder público no que tange, por exemplo, à questão de remoções e obras de grande porte na região.

A mencionada ausência da ação do Estado nas periferias, uma marca recorrente de um tipo de urbanização, faz referência à estrutura urbana precária, com insuficientes equipamentos sociais (escolas e postos de saúde). Em contrapartida, se o Estado teve essa ausência histórica nos investimentos e na melhoria urbana, é fundamental mencionarmos que esteve presente de outra forma na vida dos moradores e moradoras dessas favelas, por meio de mecanismos de controle social e repressão.

As formas violentas de agir e de se fazer presente prevaleceram no que tange a essa atuação do Estado. Assistimos, portanto, com esses mecanismos de controle, a uma segregação social dos excluídos por meio, por exemplo, de políticas e projetos de segurança pública. Assim, as periferias recebem um tratamento diferenciado do oferecido à cidade formal no que diz respeito à presença de forças policiais e de segurança pública, sem conseguir atender cabalmente às demandas e reivindicações sociais, nem produzir uma política de segurança pública que dialogue com as percepções e necessidades da população.

No caso da Maré, a partir dos anos 1990, a questão da violência assumiu centralidade no debate público. Seu crescimento e a ampliação de sua abrangência levaram a uma redefinição do problema como uma das principais questões sociais urbanas, estreitamente vinculada às condições sociais e urbanísticas dessa região. O crescimento da violência esteve, desde logo, vinculado à ascensão do tráfico de drogas.

O Relatório Anual da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife), da Organização das Nações Unidas (ONU), tratou da relação entre consumo de drogas, criminalidade e violência urbana, alertando para o peso que crimes relacionados com elas têm nas cidades do Brasil. Segundo o Relatório, grande parte dos quase 30 mil homicídios cometidos no país, anualmente, está ligada ao consumo e ao tráfico de drogas (Schwartz, 2004).

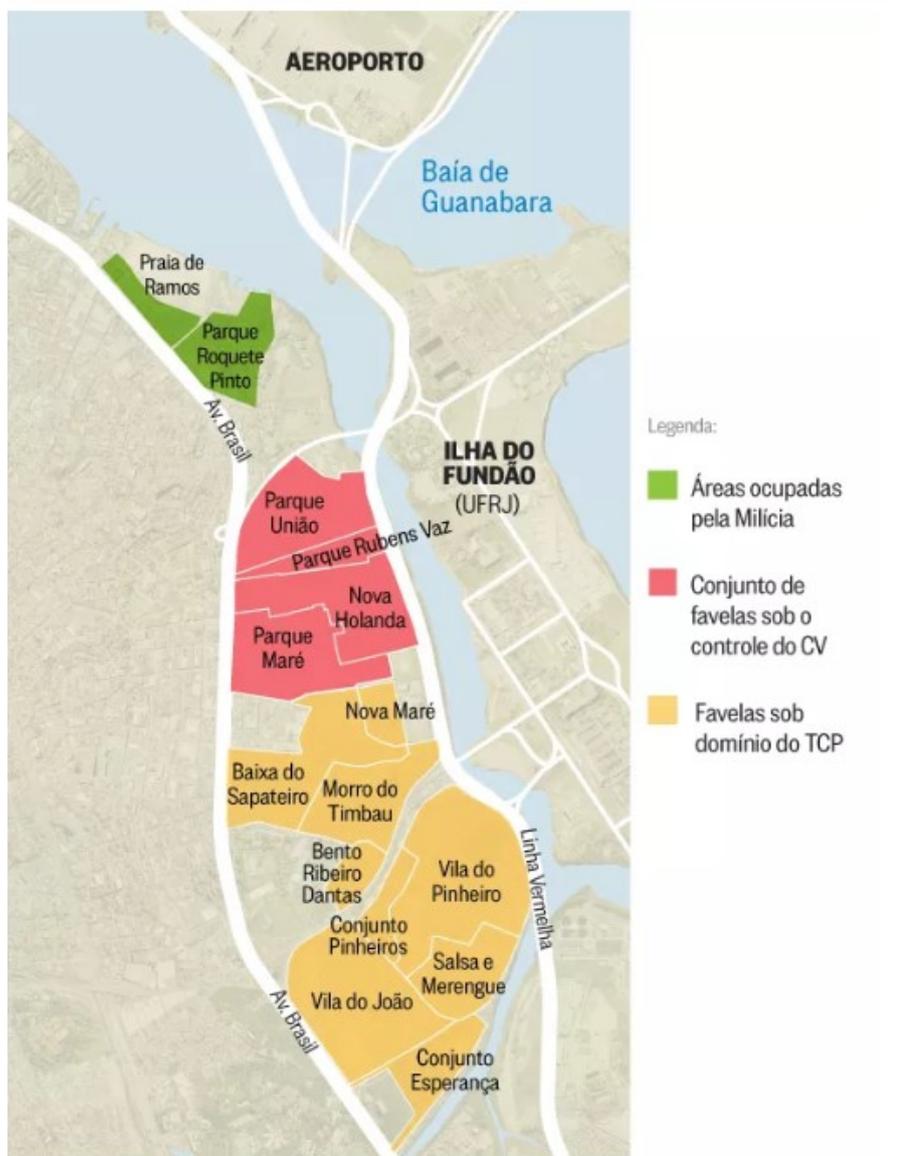


Figura 6 – Ilustração da divisão territorial entre diferentes facções criminosas atuantes na Maré. Fonte: *O Globo*, 24 maio 2017.

Quando analisamos essas informações à luz do cenário mostrado na representação da Figura 6, que ilustra a divisão da Maré entre diferentes facções, é possível compreender o quanto o quadro é complexo. Referindo-se a essa realidade do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares toca na questão da percepção das violências observadas no cotidiano das favelas:

A comunidade é submetida, em seu cotidiano, a duas formas de opressão, a tirania do tráfico e o despotismo da polícia. Ambos são temidos, causam horror e repugnância, mas o segundo é considerado mais grave, porque não segue qualquer regra, qualquer código de conduta que permita a elaboração de estratégias de sobrevivência eficientes. (Soares apud Hughes, 2004).

O fato é que os temas da violência urbana, da ocupação de espaços públicos e dos processos de intervenção urbana são considerados controversos no processo de produção da cidade metropolitana do Rio de Janeiro, em especial nas áreas onde se localizam favelas como a Maré. E os projetos de intervenção urbana nesses locais são permeados e constituídos por essa violência, que marca a presença do Estado nesse território, conforme buscamos retratar no subcapítulo a seguir.

4.3 Projetos urbanos na favela da Maré: um legado de violência

Vimos nas seções anteriores, a formação do bairro da Maré e as diferentes maneiras com que a violência sempre esteve presente na história desse território, seja por meio de remoções, seja pela presença do tráfico de drogas, seja pela política de segurança pública do próprio Estado. A violência é um traço, é algo que atravessa a relação dos moradores e moradoras dessas favelas com seu território. Alguns projetos de intervenção urbana, específicos, contribuíram para a constituição dessa marca, notadamente perpassada por uma noção que tangencia as categorias conceituais de barreiras invisíveis, violência e espaços públicos.

A análise de projetos urbanos que misturam essa tríade conceitual auxilia-nos a responder à questão central desta dissertação: em que medida as intervenções urbanas em favelas, sob o discurso de promover a integração cidade-favela, terminam por reiterar a noção de separação entre cidade e favela?

Como exemplos de casos empíricos, foram selecionados três símbolos desses projetos de intervenção: o 22º Batalhão de Polícia Militar do Rio de Janeiro, a Barreira Acústica (também conhecida como Muro da Maré) e as Escolas do Amanhã. O objetivo é que, por meio deles, possamos debater a relação entre cidade e favela com os projetos de intervenção urbana, ao mesmo tempo que problematizamos a violência contida nesses mesmos projetos.

No começo dos anos 2000, teve início uma série de intervenções na Maré, todas no contexto pré-realização do ciclo de megaeventos, nos quais se destacaram a Copa do Mundo de futebol e as Olimpíadas. O consenso construído pelas forças econômicas e políticas foi de que a cidade deveria preparar-se do ponto de vista urbanístico, de tal sorte que pudesse apresentar-se como uma cidade global e inteligente, inserida, portanto, com destaque no sistema capitalista mundial. Contudo, parte constitutiva desse esforço também incluiu a remoção de espaços

populares (como a Vila Autódromo, removida para a construção do Parque Olímpico da Barra da Tijuca) e o estabelecimento de um novo direcionamento na política de segurança pública da cidade e do Estado.

Foi assim que, em 2003, foi construído, às margens da Linha Vermelha, o 22º Batalhão de Polícia Militar do Rio de Janeiro. Chama a atenção o fato de que o Batalhão, destacado para atender prioritariamente à Maré, foi construído de costas para o bairro, o que reforça a hipótese de que o discurso de intervenção urbana e de segurança pública na Maré, na verdade, estava voltado para gerar sensação de segurança aos usuários da Linha Vermelha, uma via que cumpre o papel de ligar o Aeroporto Internacional Tom Jobim ao Centro da cidade, entre outras funções. Ou seja, para criar uma barreira entre os que passam, transitam pelo que é considerado cidade e favela.



Figura 7 – Fachada do 22º Batalhão de Polícia Militar vista da via expressa Presidente João Goulart (Linha Vermelha).

Fonte: *Wikimapia*, 27 jul. 2019.

O Batalhão passou a exercer a função desse símbolo, um escudo para impedir que a violência existente na favela, devido ao controle territorial por grupos armados — no discurso assim apresentado —, chegasse até a cidade. Apesar de representar a presença do Estado, o fato é que, de maneira simbólica, também se apresentou como uma barreira de segregação entre os moradores e os usuários das vias expressas, que nesse trecho deixaram de ver a favela.

Assim, a população, que deveria sentir-se amparada pela instituição, lida com a dificuldade de acessá-la. A construção do Batalhão virado para a via expressa e de costas para a favela recria, de forma análoga, as imagens apresentadas na formulação

de Fanon a respeito da cidade do colono e da cidade do colonizado. À primeira, que corresponde ao que é considerado cidade do Rio de Janeiro, são imputados elementos que visam a garantir civilidade, segurança. Já na segunda, que corresponde às comunidades, a ausência do Estado pleno é presente, é devidamente construída.

No mesmo ano 2003, foi aprovado o projeto de lei do deputado Dica — PL nº 480/2003 —, e viria a ser construído o que ficou conhecido como Muro da Maré. O argumento e a justificativa para o projeto falavam em uma “barreira acústica”, para melhorar a qualidade de vida dos moradores da Maré. Assim, ficava prevista a construção de muro ao longo da Linha Vermelha nos trechos localizados em áreas consideradas de risco. Mais uma vez, assistimos a uma intervenção no espaço público, voltada para gerar sensação de segurança aos usuários da Linha Vermelha. O muro impede que aqueles e aquelas que passam por essa via de grande circulação vejam a favela.



Figura 8 – Casas da Maré separadas da Linha Vermelha pelo muro.
Fonte: *Veja*, 5 maio 2014.

É uma barreira simbólica e física entre a Maré e o restante da cidade. Longe de ser um ponto pacífico, é uma tentativa de cisão urbana em um processo de inclusão e exclusão, produz dicotomias e acirra desigualdades simbólicas em uma tentativa de invisibilização da favela. O muro é simbólico, é material, é uma tentativa segregadora de negar alguns espaços urbanos.

Na época de sua implantação, diversos movimentos sociais atuantes no bairro da Maré posicionaram-se contra a construção das ditas “barreiras acústicas” ao longo das vias expressas Linhas Vermelha e Amarela. Os movimentos alertavam para o fato de que as barreiras não iriam contribuir para melhorar a vida dos

moradores por bloquear os sons vindos das vias. O entendimento era de que essas barreiras não passavam de muros que separam as comunidades do conjunto da cidade, impedindo ainda que quem passasse nas vias visse a realidade desses locais. Além disso, os 20 milhões de reais que teriam sido gastos para a implantação dos muros, segundo os próprios moradores, poderiam ser utilizados para a construção de creches, parques, escolas e pontes, que melhorariam a integração daquelas comunidades com o conjunto da sociedade. Nos Anexos 1 e 2 é possível acessar algumas peças gráficas desse período de mobilização.¹²

A título de exemplo, cabe ainda destacar a construção das Escolas do Amanhã, erguidas à margem da Linha Vermelha, nesse mesmo contexto, dos megaeventos esportivos, em uma área de extrema poluição urbana, incluindo o barulho. As escolas, como projeto de intervenção no espaço público, não privilegiaram aqueles e aquelas que seriam os usuários desse aparelho. Foram construídas em área de grande circulação de carros, mas que garantem maior visibilidade e, assim, possivelmente maior atração midiática. Nesse sentido, é importante dizer que, nos trechos onde se localizam as escolas, os painéis de acrílico (Muro da Maré) são transparentes, para que as escolas sejam vistas por quem passa pela Linha Vermelha.

¹² Um dos movimentos sociais que se empenharam nessa campanha foi o Bloco Se Benze que Dá!. Esse movimento promoveu uma série de entrevistas com moradores locais, que foram consolidadas em um vídeo amplamente difundido na época. O vídeo está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HX5tyiTD2vg>>. Acesso em: 15 jun. 2019.



Figura 9 – Escolas do Amanhã construídas à margem da Linha Vermelha.
 Fonte: *Portal Êxito Rio*, 28 abr. 2016.

Em diversas obras, Bourdieu & Passeron (1975) afirmam que o poder da *violência simbólica* impõe significações como legítimas, dissimulando as relações de força que lhe subjazem. As relações simbólicas são simultaneamente autônomas e dependentes das relações de força. Além disso, esses autores destacam que as relações de força encontram-se sempre dissimuladas sob a forma de relações simbólicas.

Definindo um dos elementos desse processo de reprodução da estrutura social, Bourdieu & Passeron (1975) utilizaram o conceito de *violência simbólica* para estabelecer a parte do processo pelo qual a classe social dominante impõe sua cultura aos dominados. Pela reprodução da cultura dominante, suas significações e convenções, estabelece-se um modelo de socialização que favorece a reprodução da estrutura das relações de poder vigentes. A definição dos autores da *violência simbólica* compreende, então, a interiorização da expressão cultural de uma classe social mais poderosa econômica ou politicamente pelos grupos dominados, fazendo com que estes percam suas referências, tornando-se mais sujeitos à dominação.

A *violência simbólica* perpassa diferentes contextos de forma sutil e é de difícil percepção pelos próprios executores das ações realizadas, gerando um ambiente de

tensão cotidiana. Assim, os autores referem-se não à violência física, mas a uma violência de imposição cultural, marcada pelas forças que regem o poder.

Todas as intervenções na Maré que aqui foram utilizadas como exemplos não são vistas, de modo geral, como algo do qual devemos nos orgulhar. Isso porque os projetos têm baixo engajamento com o usuário final, em virtude das ações pensadas em perspectiva *top-down* (de cima para baixo), que não dialogam com a população. Seu resultado é a produção e a reprodução de violências, em uma suposta relação de integração da favela com o restante da cidade.

5 Considerações finais

O modo como produzimos o conhecimento acadêmico permite-nos perpetuar, dentro de uma perspectiva de normalidade e naturalização, estruturas e processos socialmente construídos, mantendo desigualdades, invisibilidades e partições. Ou, pelo contrário, pode promover rupturas nessa naturalização das desigualdades e lançar luz sobre territórios — físicos e teóricos — antes ignorados ou olhados por lentes unidimensionais.

As favelas, como alertamos desde o início deste estudo, são territórios complexos, e os conhecimentos produzidos sobre elas e a partir delas são capazes de fazer-nos entender melhor a cidade com um todo e visualizar diferentes dimensões do direito à cidade que não são desveladas quando pensamos o urbanismo apenas a partir do asfalto ou da favela como um problema a ser gerido, e não como fonte de possibilidades, vivências e conhecimentos.

Em que medida as intervenções dos projetos de segurança urbanas em favelas, sob o discurso de promover a integração cidade-favela, terminam por reiterar a noção de separação entre cidade e favela? Essa foi a pergunta a que buscamos responder ao longo desta dissertação, e para isso recorremos à tríade violência, espaços públicos e barreiras invisíveis como forma de analisar a relação entre favela e cidade.

Em sua definição mais simples e imediata, uma sensação de segurança decorre do mínimo de estabilidade entre moradia, trabalho e família, elementos esses que entrecruzam os domínios públicos e privados da experiência humana e garantem o equilíbrio entre a vida pessoal e o mundo do trabalho. Esses elementos garantem as condições mínimas para o sentimento de segurança. Contudo, vemos que, ao longo das décadas, o território da favela sempre foi alvo das intervenções estatais. Tais intervenções, muitas vezes feitas a partir de projetos descontinuados entre si, prolongam-se ao longo dos anos, gerando intermitência das ações estatais e fragmentação das ações do poder público local.

A construção de um muro entre a população favelada e a população de fora da favela talvez seja a forma mais expressiva para falar da condição perene de apartação e fragmentação que buscamos ressaltar nesta análise. Um território que precisa ser dividido e delimitado, a fim de proteger o outro lado da cidade. As ações

de proteção acabam por reificar uma lógica de apartação, na qual o território favelado persiste como lugar que precisa ser controlado, embora ações mais básicas de urbanização persistam como problemas não superados.

Os muros não são apenas simbólicos, uma vez que apresentam materialidades e operam divisões reais entre o que se considera cidade e periferia. Entretanto, a partir da discussão feita neste trabalho, vimos que o território compreendido como cidade relaciona-se com os territórios de periferia, uma vez que a produção da cidade como lugar com direitos, urbanismo, luz, água depende, em certa medida, da vulnerabilidade das favelas. É a partir da construção e da manutenção de territórios precários que obras e intervenções estatais fazem-se necessárias. Entretanto, tais obras são pautadas por valores externos aos moradores e reproduzem assimetrias de poder.

Ao investigar os efeitos da relação entre violência, espaço público e intervenção urbana para a noção de direito à cidade no contexto de territórios permeados por situações de exclusão e vulnerabilidade social, a pesquisa oferece ao leitor a oportunidade de acessar o campo do urbanismo por uma perspectiva sistêmica.

Para pensar as questões propostas, debruçamo-nos sobre a Maré, complexo de favelas da cidade do Rio de Janeiro que figura entre os territórios da cidade com os maiores índices de violência, assim como está entre as favelas que receberam um grande número de projetos de intervenção urbana em sua história. Buscamos, com a Maré, compreender de que forma esses projetos e seus símbolos constituem um legado de violência e que segregam a favela do restante da cidade.

Em relação ao primeiro objetivo específico, ofereceu-se ao leitor um breve apanhado de quais seriam os principais entendimentos sobre o que é favela. Constatou-se que esse entendimento, em grande medida, está relacionado com a ausência, ou seja, a favela seria definida principalmente pelos elementos de urbanidade que apresentam falhas, se comparados às demais regiões da cidade.

Uma nuance importante de olhar a favela a partir de problemas é o tratamento dado a seus moradores, vistos como sujeitos passivos, residentes em um local de baixo planejamento urbano e sem acesso a direitos. Esse tipo de abordagem leva ao silenciamento desses sujeitos, que deveriam simplesmente ser integrados à perspectiva de cidade que se pretende implantar, sem nenhuma preocupação em lhes garantir voz sobre esse processo e o manejo de seus interesses.

O segundo objetivo específico, as evidências no caso da Maré, mostram que as intervenções urbanas realizadas no local contribuem pouco para integrar as favelas à cidade dita formal. Isso porque as soluções propostas apresentam baixo engajamento do usuário final, interferindo no desenho das políticas urbanas, assim, com políticas e intervenções pensadas em perspectiva *top-down*.

Exatamente pela falta de escuta e impossibilidade de protagonismo a que nos referimos, os moradores não se sentem engajados nas mudanças urbanas, não veem seus interesses e acúmulos sendo levados em conta, sendo essa uma receita simples para assegurar a ineficácia de qualquer política pública.

No que concerne ao terceiro objetivo específico, que buscou investigar em que medida a violência urbana afeta as políticas públicas em espaços periféricos da cidade, constatou-se que os projetos de arquitetura e urbanismo desenvolvidos na Maré são fortemente influenciados pela dimensão da violência urbana. Das escolas construídas nas margens da favela ao batalhão policial, que, de costas para a comunidade, serve mais à criação de uma imagem de ação do governo do que, de fato, à melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Com base nas discussões sobre território, espaço e política, a partir dos autores apresentados nesta pesquisa, foi analisado de que maneira a presença das administrações estatais falam de processos de intervenção, ausência, escassez e vulnerabilidade, marcando a presença do poder governamental nesse território. Em um primeiro momento, vimos que a favela é enquadrada a partir de uma visão estigmatizante, que considera esses espaços como lugares de desordem. Na condição de espaços de pobreza, as ações do Estado dão-se por discursos que associam desenvolvimento a zonas consideradas marginalizadas. Em um segundo momento, vimos que essas formas de enquadramento dizem respeito a um espaço considerado como uma parte “fora” da cidade e que, como tal, necessita ser integrado. Contudo, essa integração, apesar de figurar como ideal no horizonte dos projetos citados, nunca é plenamente realizada, uma vez que os desafios de moradia para as populações produzem deslocamentos forçados, reassentamentos e questões de ordem burocrática, administrativa e política que persistem: falta de saneamento básico, acesso a luz e água...

A partir da presença dessas questões de longa duração histórica, vimos que as obras e intervenções realizadas não conseguem atender às demandas mais básicas, que consistem no acesso a recursos vitais para a continuidade da vida humana: luz,

água, moradia, mobilidade e espaços institucionais seguros. Logo, podemos questionar quais são os objetivos de tais intervenções, uma vez que parecem incidir sobre uma gestão controlada das populações faveladas, em detrimento de garantir-lhes direitos sociais básicos.

Vimos que muitos elementos não estão garantidos, mas devem ser conquistados pela via de uma batalha árdua dos moradores — luz, água, coleta de lixo são recursos sociais básicos, mas que persistem como ausências de políticas públicas. Demonstrou-se que a relação entre favelização e industrialização revela uma condição na qual um processo retroalimenta o outro.

Identificou-se, assim, que, a partir da década de 1990, com a expansão do comércio internacional de drogas, a Maré foi atravessada por diferentes forças, que dizem respeito às ações do poder armado local. Hoje, esse território é disputado também pelas ações militarizadas do Estado, a exemplo de ocupações, tiroteios, invasões, entre outras formas de violência perpetradas no território. Ao longo deste trabalho, pensou-se o fenômeno da violência não como algo autoevidente, mas como um fenômeno polissêmico, que está relacionado com seu contexto de significação. Da favela como lugar da “desordem” e “pobreza”, passamos pelo território que necessita ser “pacificado”. Nesse ínterim, barreiras simbólicas e materiais são construídas, o que, por sua vez, acaba gerando proteção e segurança para os moradores “de fora” da favela.

Faz-se necessário ultrapassar a ideia de ausência de Estado como ação opaca e sem efeitos sociais na vida das pessoas. As intervenções governamentais fazem-se presentes ao longo desse processo, mostrando como o Estado está presente na ausência. Neste trabalho, viu-se que essas ausências implicam virações e estratégias de sobrevivência. Portanto, a ausência de Estado deve ser compreendida como força ativa no processo de intervenção nesse território, pois é a partir dessa relação que os moradores criam modalidades de controle para tais adversidades e faltas.

A violência serve como anteparo para que as ruas e vielas das favelas sejam vistas como intransitáveis, territórios inóspitos nos quais políticas de educação, saúde e lazer não têm como ser desenvolvidas. Assim, o urbanismo vai ocupando as pontas das favelas, fazendo-se presente em seu entorno, mas não adentra seus meandros. Se assim não o faz, como poderia ser capaz de ter/propor uma visão integrada entre cidade e favela?

Nem é preciso dizer que as expressões de violência são comumente entendidas como parte da favela, mas não como parte da cidade. Ainda assim, favela e cidade organizam-se urbanisticamente com base nesses processos de violência. Na cidade, a violência gera soluções urbanas de proteção. Na favela, torna-se o motivo pelo qual o urbanismo não consegue expressar-se adequadamente.

Por fim, com base nesse percurso, é possível afirmar que favela é cidade, na medida em que sua dinâmica de funcionamento afeta e é afetada pela condução das políticas públicas urbanas. Tal fato é evidenciado pelo reconhecimento da cidade do Rio de Janeiro como capital mundial da arquitetura. Assim, é preciso refletir sobre qual modelo de cidade é pensado e os critérios utilizados para tal, apontando que uma das grandes contribuições da arquitetura e do urbanismo é pensar projetos e políticas públicas que, de fato, tornem todos os territórios parte da cidade.

Não se pode mais aceitar que o direito à cidade fale apenas de uma parte da cidade. Ou a cidade é para todos, ou não o é. Ou o direito à cidade visualiza todos os cidadãos como sujeitos de direito, ou não tem o devido caráter de generalidade necessário ao direito.

A construção territorial com políticas de qualidade de vida é essencial e efetiva para esta e para a garantia da cidadania. Desse modo, devem ser questionados os desafios e as estratégias políticas de invisibilização e silenciamento sob a cortina da criminalização da pobreza e das bases estruturais do racismo, devendo também ser considerados ao se pensar na construção socioterritorial para efetivar ações profundas e necessárias nos espaços urbanos e na sociedade.

Como diria o poeta Gregório de Matos: “O todo sem a parte não é todo,/ A parte sem o todo não é parte,/ Mas se a parte o faz todo, sendo parte,/ Não se diga, que é parte, sendo todo.” Favela é todo, favela é cidade, e um urbanismo que não produza um conhecimento inclusivo do todo (cidade-favela) é apenas mais um reprodutor de desigualdades.

6 Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. **Estado autoritário e violência institucional**. *Paper* apresentado em Meeting of the Latin American Studies Association, Montreal, Canadá, 2007.
- AQUINO, J. P. (Org.). **Violência e dilemas civilizatórios: as práticas de punição e extermínio**. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- ASCHER, F. **Les nouveaux principes de l'urbanisme: la fin des villes n'est pas à l'ordre du jour**. La Tour-d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2001.
- BARROS, R. **Urbanização e “pacificação” em Manguinhos: um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo**. 2016. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2016.
- _____; FARIAS, J. Political displacements between the periphery and the center through territories and bodies. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília: ABA, v. 14, n. 3, set./dez. 2017.
- BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- _____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BENETTI, P. C. Violência e projeto urbano em favelas. **Arquitexto: Periódico Mensal de Textos de Arquitetura**, n. 048, maio 2004.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BURGOS, M. Dos parques proletários ao Favela-Bairro. In: ZALUAR, A. M.; ALVITO, M. (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- _____. (Org.). **A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola, 2002.
- CANO, I.; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G. da; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 51-78.
- CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM). **Censo Maré 2000: quem somos, quantos somos e o que fazemos?**. Rio de Janeiro, 2000.
- CHAGAS, M. de S.; ABREU, R. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. **Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 130-152, 2007.
- COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.
- COMPANS, R. A regularização fundiária de favelas no estado do Rio de Janeiro. **Revista Rio de Janeiro**, n. 9, p. 41-53, jan./abr. 2003.
- COUTO, M. Violência: o Complexo da Maré em 5 gráficos. **O Globo**, 24 maio 2017. Disponível em: <[https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-](https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos)

dados/post/violencia-o-complexo-da-mare-em-5-graficos.html>. Acesso em: 25 fev. 2020.

CRUZ, M. “**Aqui a bala come, não tem aviso prévio**”: favela, necropolítica e a resistência das mulheres-mães guardiãs da memória. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIAS, J. **Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro**. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERRAZ, J. d’A. F. **A chacina de Vigário Geral: a violência como princípio**. Rio de Janeiro. *Paper* apresentado na SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2004.

_____. Do “mal necessário” à “metáfora bélica”: a lógica dual do Estado autoritário. **Maracanã**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 4, 2007-2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____; CHOMSKY, N. **Human nature: justice versus power**. Noam Chomsky debates with Michel Foucault. 1971, [s.p.]. Disponível em: <<http://www.chomsky.info/debates/1971xxxx.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

FRANCO, M. (Org.). **UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFF, 2014.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Indicadores socioeconômicos nas UPPs do estado do Rio de Janeiro**, n. 17, 2012. (FGV Projetos). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10365/upp_site.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 fev. 2020.

GUATTARI, F.; DELEUZE, G. **Mil platôs**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HUGHES, P. J. A. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 4, out./dez. 2004.

LEEDS, A.; LEEDS, E. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Frias. 1. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. The right to the city. **Writings on Cities**, v. 63181, 1996.

_____; NICHOLSON-SMITH, D. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEITE, M. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, 2000.

_____; ROCHA, L.; FARIAS, J.; CARVALHO, M. (Org.). **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

- MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MISSE, M. A categoria “bandido” como identidade para o extermínio: algumas notas sobre sujeição criminal a partir do caso do Rio de Janeiro. In: BARREIRA, C.; SÁ, L.; MISSE, M. **Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro**: diferenças e afinidades. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 19, n. 40, out. 2011.
- OLIVEIRA, A. S. N. de. **Cerzindo a Rede Memória**: estudo sobre a construção de identidade no bairro Maré. 2003. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- PARISSE, L. Favelas do Rio de Janeiro: evolução-sentido. **Caderno do Cenpha**, Rio de Janeiro, n. 5, 1969.
- PERLMAN, J. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PENA de morte é defendida por 50%. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1º jan. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0101200406.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- PEREZ, M. D. **Lacerda na Guanabara**: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960. Rio de Janeiro: Odisseia Editorial, 2007.
- REDES DA MARÉ. **Falando sobre segurança pública na Maré**: a vida na favela: relatos sobre o cotidiano em meio à violência armada. Organização de Redes de Desenvolvimento da Maré. 1. ed. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019.
- RIBEIRO, C. R. **O muro da Maré**: risco e vizinhança no planejamento urbano. 2006. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- ROCHA, L. de M. Uma favela sem tráfico?: os limites da ação e da opressão do tráfico. In: SILVA, L. A. M. da (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira, 2008.
- ROCHA, L. D. O. **Outrage mothering**: black women, racial violence, and power of emotions in Rio de Janeiro’s African Diaspora. 2014. PhD (Dissertation), University of Texas-Austin, 2014.
- RODRÍGUEZ, R. C. **Da guerra à pacificação**: o itinerário das cidades colombianas. Campinas: Vide Editorial, 2010.
- ROLNIK, R. Direito à moradia. **Desafios do Desenvolvimento**, v. 51, p. 41-41, 2009.
- _____. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. Jogos Olímpicos e direito à moradia adequada. **Ciência e Cultura**, v. 68, p. 31-36, 2016.
- _____; DAPENA, L. Neoliberalismo reciente: la financialización de la vivienda propia y el derecho a la vivienda. **Bitacora Urbano Territorial**, v. 1, p. 79-88, 2014.
- ROY, A. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. **E-Metropolis**: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, ano 8, n. 31, dez. 2017.
- SANTOS, M. O território e o dinheiro. **GEographia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, ano 1, n. 1, 2002.
- SCHWARTZ, C. Grande parte de homicídios no Brasil tem relação com drogas – ONU. **UOL Últimas Notícias**, 3 mar. 2004. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2004/03/03/ult27u40967.jhtm>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

- SILVA, C. R. R. **Maré: a invenção de um bairro**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.
- SILVA, E. S. **A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das forças armadas na Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017.
- _____. **Testemunhos da Maré**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
- SILVA, I.; ROCHA, L. de M. Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo. In: JUSTIÇA GLOBAL (Org.). **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.
- SILVA, L. A. M. da. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira, 2008.
- SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.
- _____; FERNANDES, L. F.; WILLADINO, R. Grupos criminosos armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL (Org.). **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.
- _____. et al. (Org.). **O que é favela, afinal?!**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.
- SILVA, U. **Cidadania em negro e branco: racialização e (luta contra a) violência de Estado no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- SIMÕES, M. J. M. **Espaço público e socialização urbana: uma visão relacional**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2015.
- SOARES, E. C. M. **As intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro e o governo Carlos Lacerda no recém-criado estado da Guanabara (1960/65)**. 2010. Monografia (Graduação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- SOARES, R. Estado do Rio tem 843 áreas dominadas por facções criminosas. **O Globo**, 16 ago. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/estado-do-rio-tem-843-areas-dominadas-por-faccoes-criminosas-21710854>>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- TORRES, A. C. Responsável por projeto social na Maré mostra placas após oito mortes: “Escola. Não atire”. **O Globo**, 10 maio 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/responsavel-por-projeto-social-na-mare-mostra-placas-apos-oito-mortes-escola-nao-atire-23655138>>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- VAINER, C. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. **Anais...**, Rio de Janeiro, maio 2011.
- _____. Pátria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 75-103.
- VALLADARES, L. de P. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- _____. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VARELLA, D.; BERTAZZO, I.; JACQUES, P. B. **Maré, vida na favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

- VAZ, L. F. **Uma história da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro: estudo da modernidade através da moradia**. 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, 2011.
- VIEIRA, A. C. P. **Histórico da Maré**. Rio de Janeiro: Ceasm, 1998. Mimeo.
- WACQUANT, L. A ascensão do Estado penal nos EUA. In: BOURDIEU, P. (Org.). **De l'État social à l'État penal: discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- _____. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, V. M. (Org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- ZALUAR, A. M. **A máquina e a revolta**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Crime, medo e política. In: ALVITO, M.; ZALUAR, A. M. (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- _____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____; SOUZA, M. A. P. de. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

Anexos

Anexo 1 – Mobilização popular contra a construção dos muros na Maré

Você sabia que estão sendo gastos 20 milhões de reais para a construção de Muros para cercar as favelas?

CHOQUE DE ORDEM NO RIO...



Você foi consultado sobre isso?

Não é de hoje que governantes querem cercar as favelas com Muros. Em 2003, 2004 e 2007, outras iniciativas desse tipo, motivadas pelo PAN-2007, também foram tomadas: remoção e despejo de favelas, a invasão de favelas pelo Exército e pela Força Nacional de Segurança. O que podemos esperar da Copa-2014 e das Olimpíadas-2016? Hoje essa mesma história vem disfarçada como uma medida de proteção aos moradores de favelas. Na verdade, essas falsas “barreiras acústicas” são mais um muro que reafirma a separação entre favela e asfalto, que deveria ser combatida por todos nós cariocas

Não podemos deixar que essas “barreiras acústicas” abafem a nossa voz! Pelas janelas de nossas casas, nas ruas em que moramos ou quando passamos de ônibus pelas Linhas Vermelha e Amarela, não paramos de ver esse novo muro da vergonha ser construído aqui na Maré. Por isso, o “Bloco Se Benze Que Dá” convida todos a não se calar!

COMO CHEGAR:
Descer na passarela 9 da Av. Brasil e seguir até o final da rua Teixeira Ribeiro, dobrar esquerda e seguir a rua Principal até a Praça

Nos encontraremos no **DIA 08 DE MAIO**,
15h - Roda de Funk com APAFUNK
17h - Reunião contra o MURO DA VERGONHA
Local: Praça da Nova Holanda,
VENHA E TRAGA SUA INDIGNAÇÃO!
blocosebenzequeda.com
maresemmuros.blogspot.com

Anexo 2 – Carta aberta de moradores contra a construção dos muros nas favelas cariocas

"CARTA ABERTA CONTRA OS MUROS NAS FAVELAS CARIOCAS"

Desde seu surgimento a favela tem sido alvo de intenso processo de estigmatização e criminalização. Inicialmente, a reação à favela era suscitada através de uma "preocupação" com os problemas relacionados à saúde, higiene e poluição estética da cidade. Atualmente, é a crença em uma incontestável associação desses territórios com a criminalidade, a ilegalidade e a pobreza que orientam a formulação de políticas públicas e o discurso das mídias empresariais. São exemplos desse processo de marginalização a remoção de favelas, a criminalização do funk, a ação policial violenta e, até mesmo, discursos fascistas, como o do atual Governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, que aponta a favela como uma "fábrica de produzir marginal".

Apesar da existência dessas medidas mais explícitas de segregação da favela, é sob o disfarce de "barreira acústica" – para a proteção sonora daqueles que moram próximos às principais vias expressas da cidade – que o Estado reafirma o processo de estigmatização e marginalização dos favelados. Conforme matéria do jornal Estado de São Paulo, serão gastos 20 milhões de reais – financiados pela Lamsa [Linha Amarela S.A.] – para que o muro seja erguido.

Contudo, não se trata de uma nova iniciativa. Em 2003 e 2004 projetos de lei apresentados à Alerj produziram uma evidente associação entre favela, violência e risco aos usuários das vias expressas. Na ocasião, não se refletiu sobre o favelado, mas sobre a proteção dos usuários das linhas vermelha e a amarela. Os muros seriam levantados e o sentimento de segurança de uns seria garantido, enquanto a outros seria reservado o descaso. Do mesmo modo, também em 2004, iniciativa do então Secretário Municipal de Meio Ambiente, Luiz Paulo Conde, propôs medida similar a essa. Para nós, o que hoje se apresenta sob a forma de "barreiras acústicas" e "ecolimites", se trata, na verdade, de uma reedição dessa mesma política que visa estigmatizar e criminalizar uma grande parcela da população carioca que reside nas favelas.

Cientes de que as "barreiras acústicas" não poderão calar todas as vozes das comunidades encarceradas, os agentes dessa política segregacionista tentam enganar e/ou comprar associações e ONGs situadas na Maré. Trata-se de mais um ataque assistencialista cuja finalidade é promover o maior controle dos espaços populares. A manutenção de uma política mercantil de projetos sociais não pode servir de moeda de troca dessa política fascista. Diversas instituições já aceitaram o dinheiro da Lamsa, mas é um equívoco da Lamsa e dos governantes acreditar que essas ONGs representam todo o povo e as forças populares. Nossa resistência não se compra, nosso grito não se cala!

Nós, do Bloco Se Benze que Dá!, que desde 2005 buscamos formas de nos posicionar contra as fronteiras que existem dentro da Maré, escrevemos essa carta para denunciar a fronteira que quer separar fisicamente a Maré do resto da cidade. Assim, nos diferenciamos destes setores e propomos uma nova política que se construa junto com o povo. Que os recursos utilizados para a construção do muro e de outras medidas direcionadas à exclusão da população pobre sejam revertidos para a eliminação dos muros sociais, abstratos. Ao invés de muros que separam, dividem, opõem, desejamos a construção de pontes, de elos, que reconheçam a favela como o que ela é: parte da cidade. Desejamos, isso sim, um real comprometimento com a garantia dos direitos humanos e cívicos para todos os cidadãos.

Por uma sociedade sem muros, convocamos todas e todos para combatermos as barreiras que pretendem nos calar! Abaixo os muros da Maré! O muro não abafará a nossa voz!

Nos encontraremos no DIA 08 DE MAIO,
15h - Roda de Funk com APAFUNK
17h - Reunião contra o MURO DA VERGONHA
Local: Praça da Nova Holanda,

Bloco Se Benze que Dá!
blocosebenzequeda.com
sebenzequeda@gmail.com